

UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ

BRUNA FERNANDA DE ANDRADE GUILHEM

REPRESENTAÇÃO DAS MULHERES NO CURSO DE ENGENHARIA CIVIL

CAMPO MOURÃO

2025

BRUNA FERNANDA DE ANDRADE GUILHEM

REPRESENTAÇÃO DAS MULHERES NO CURSO DE ENGENHARIA CIVIL

Representation of women in the civil engineering course

Trabalho de conclusão de curso de graduação apresentada como requisito para obtenção do título de Bacharel em Engenharia Civil da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR).

Orientador(a): Prof^a. Dra. Cristiane Kreutz.

Coorientador(a): Prof^a. Dra. Paula Cristina de Souza.

CAMPO MOURÃO

2025



[4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)

Esta licença permite compartilhamento, remixe, adaptação e criação a partir do trabalho, mesmo para fins comerciais, desde que sejam atribuídos créditos ao(s) autor(es). Conteúdos elaborados por terceiros, citados e referenciados nesta obra não são cobertos pela licença.

BRUNA FERNANDA DE ANDRADE GUILHEM

REPRESENTAÇÃO DAS MULHERES NO CURSO DE ENGENHARIA CIVIL

Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação
apresentado como requisito para obtenção do título de
Bacharel em Engenharia Civil da Universidade
Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR).

04 de fevereiro de 2025

Profª. Drª. Cristiane Kreutz
Doutorado
Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Profª. Drª. Paula Cristina de Souza
Doutorado
Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Profª. Drª. Jucélia Kuchla Vieira
Doutorado
Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Me. Valdomiro Lubachevski Kurta
Mestrado
Universidade Tecnológica Federal do Paraná

CAMPO MOURÃO
2025

AGRADECIMENTOS

Gostaria de começar este agradecimento por aquele que me permitiu trilhar este caminho, abrindo sempre uma porta e dando luz nos momentos desafiadores os quais achei que não conseguiria superar ao longo dessa graduação: Deus.

Meu muito obrigada à minha mãe, Rosilene, por ser uma mulher forte, que sempre esteve comigo, que sempre me disse o quanto sou capaz e por nunca ter duvidado que eu chegaria até aqui.

Ao meu namorado, meu companheiro, João Pedro, que segurou a minha mão em todos os momentos difíceis e não deixou que eu desistisse nos momentos de fraqueza.

Às excelentes profissionais e melhores psicólogas, Jéssica e Thays, que estiveram comigo durante esse percurso, me mostrando o quanto sou forte e capaz, mesmo quando a ansiedade e o cansaço mental e psicológico me afligiam.

À minha melhor amiga, Bruna, com quem tive a oportunidade de dividir a sala de aula e o ambiente de trabalho. Uma excelente profissional, um exemplo a ser enaltecido e seguido.

E, principalmente, à Prof^a. Dr^a. Cristiane Kreutz, minha professora orientadora, uma mulher forte e fonte de inspiração, que confiou em mim para falar de um tema tão necessário como este.

Por fim, deixo meu sincero agradecimento a todos aqueles que, direta ou indiretamente, contribuíram para a minha caminhada e formação. Cada um de vocês teve um papel importante na realização deste sonho.

RESUMO

A Engenharia Civil, historicamente dominada por um público masculino, tem observado mudanças em sua composição ao longo das últimas décadas, com um crescente interesse e ingresso de mulheres nesse campo. No entanto, a presença feminina ainda enfrenta desafios, tanto no ambiente acadêmico quanto no mercado de trabalho, em grande parte devido a estereótipos de gênero e a estrutura tradicionalmente masculina da área. Nesse contexto, é essencial compreender as dinâmicas que influenciam o ingresso, a permanência e a evasão das mulheres nos cursos de Engenharia Civil, bem como os obstáculos que elas enfrentam ao longo de sua formação. Diante disso, este estudo tem como objetivo analisar a representação feminina no curso de Engenharia Civil da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), campus Campo Mourão, abordando os padrões de ingresso, permanência, evasão e os desafios enfrentados pelas alunas durante sua formação. A pesquisa foi realizada por meio da análise de dados quantitativos e qualitativos, com foco na evolução da participação feminina, nas dificuldades relatadas pelas estudantes e nas políticas de apoio acadêmico e profissional existentes. Os resultados indicam um crescimento gradual na presença feminina, com aumento no número de concluintes, mas também revelam a persistência de barreiras estruturais e culturais que dificultam a inserção e permanência das mulheres na área. Entre os principais desafios identificados, destacam-se a falta de representatividade feminina em disciplinas técnicas, os preconceitos enfrentados pelas alunas, a sobrecarga de tarefas acadêmicas e a dificuldade de conciliar responsabilidades familiares. A pesquisa enfatiza a necessidade de ações concretas para criar um ambiente mais inclusivo e igualitário, por meio de políticas institucionais que promovam a equidade de gênero e garantam o apoio necessário para que as mulheres possam se desenvolver plenamente, tanto na academia quanto no mercado de trabalho.

Palavras-chave: engenharia civil; identidade de gênero; mulheres na engenharia; UTFPR.

ABSTRACT

Civil engineering, historically dominated by a male audience, has witnessed changes in its composition over recent decades, with a growing interest and involvement of women in this field. However, female presence still faces challenges, both in the academic environment and in the job market, largely due to gender stereotypes and the traditionally male structure of the area. In this context, it is essential to understand the dynamics that influence women's entry, retention, and dropout in civil engineering programs, as well as the obstacles they encounter throughout their education. This study aims to analyze the female representation in the civil engineering course at the Federal Technological University of Paraná (UTFPR), Campo Mourão campus, addressing patterns of admission, retention, dropout, and the challenges female students face during their training. The research was conducted by analyzing quantitative and qualitative data, focusing on the evolution of female participation, the difficulties reported by students, and the academic and professional support policies in place. The results indicate a gradual increase in female presence, with a rise in the number of graduates, but also reveal the persistence of structural and cultural barriers that hinder women's insertion and retention in the field. Among the main challenges identified are the lack of female representation in technical subjects, student prejudice, the overload of academic tasks, and the difficulty of balancing family responsibilities. The research emphasizes the need for concrete actions to create a more inclusive and equitable environment through institutional policies that promote gender equity and ensure the necessary support for women to fully develop, both in academia and the labor market.

Keywords: civil engineering; gender identity; women in engineering; UTFPR.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Metas do ODS 5	18
Quadro 2 – Total de ingressantes no curso de Engenharia Civil nos campi da UTFPR.....	32

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Porcentagem de estudantes da Engenharia Civil, por gênero, no campus Campo Mourão	33
Gráfico 2 – Comparativo entre os ingressos feminino e masculino no curso de Engenharia Civil da UTFPR-CM	34
Gráfico 3 – Padrões de ingresso feminino, ao longo dos anos, no curso de Engenharia Civil da UTFPR-CM	35
Gráfico 4 – Quantitativo de estudantes regulares no curso de Engenharia Civil da UTFPR-CM.....	36
Gráfico 5 – Quantitativo de estudantes trancados no curso de Engenharia Civil da UTFPR-CM.....	38
Gráfico 6 – Quantitativo de estudantes afastados no curso de Engenharia Civil da UTFPR-CM.....	39
Gráfico 7 – Quantitativo de estudantes formados no curso de Engenharia Civil da UTFPR-CM.....	40
Gráfico 8 – Quantitativo de estudantes desistentes no curso de Engenharia Civil da UTFPR-CM	40
Gráfico 9 – Comparativo da evasão entre homens e mulheres no curso de Engenharia Civil da UTFPR-CM	43
Gráfico 10 – Análise comparativa da participação de homens e mulheres em projetos de extensão no curso de Engenharia Civil da UTFPR-CM.	45
Gráfico 11 – Análise comparativa da participação de homens e mulheres em projetos de iniciação científica no curso de Engenharia Civil da UTFPR-CM.....	46
Gráfico 12 – Análise comparativa da participação de homens e mulheres em eventos de extensão no curso de Engenharia Civil da UTFPR-CM.	47
Gráfico 13 – Análise comparativa da participação de homens e mulheres em cursos e oficinas de extensão no curso de Engenharia Civil da UTFPR-CM.	48
Gráfico 14 – Comparação do número de homens e mulheres que participaram do PET	49
Gráfico 15 – Comparação do número de homens e mulheres que participaram da Pórticos	51
Gráfico 16 – Análise comparativa de homens e mulheres que concluíram o curso de Engenharia Civil da UTFPR-CM.....	52
Gráfico 17 – Faixa etária das alunas participantes.....	54
Gráfico 18 – Estado civil das alunas participantes	54
Gráfico 19 – Distribuição do número de filhos entre as alunas participantes	55
Gráfico 20 – Distribuição das alunas por período de matrícula no curso entre as alunas participantes.....	56
Gráfico 21 – Motivações para a escolha do curso de Engenharia Civil entre as alunas participantes.....	56
Gráfico 22 – Envolvimento em Atividades Extracurriculares pelas alunas participantes.....	57
Gráfico 23 – Percepção sobre o tratamento igualitário dos docentes em relação ao gênero	58
Gráfico 24 – Incidência de experiências machistas relatadas por alunas participantes.....	59
Gráfico 25 – Percepção sobre dificuldades na obtenção de estágios por mulheres	60

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Porcentagem de profissionais ativos registrados no CREA-PR em 2023	25
--	-----------

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

C&T – Ciências e Tecnologias

CEFET-PR - Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná

CETENE – Centro de Tecnologias Estratégicas do Nordeste

CNDM – Conselho Nacional dos Direitos da Mulher

CONFEA – Conselho Federal de Engenharia e Agronomia

COVID-19 - SARS-CoV-2

CREA – Conselho Regional de Engenharia e Agronomia

DeCS – Descritores em Ciência e Saúde

ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio

EUA – Estados Unidos da América

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

LED – Luz na Educação

ODS 5 – Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 5

ONU – Organização das Nações Unidas

PET – Programa de Educação Tutorial

PNPM – Plano Nacional de Política para as Mulheres

SciELO – Scientific Electronic Library Online

Sisu – Sistema de Seleção Unificada

SPM – Secretaria Especial de Política para as Mulheres

STEM – Science, Technology, Engineering and Mathematics

TCC – Trabalho de Conclusão de Curso

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

UTFPR – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
2	OBJETIVOS	13
2.1	Objetivo Geral	13
2.2	Objetivos Específicos	13
3	JUSTIFICATIVA.....	14
4	REVISÃO DE LITERATURA	15
4.1	Gênero	15
4.1.1	Sexo e gênero	15
4.1.2	Desigualdade de gênero	16
4.1.3	ODS 5 – Igualdade de gênero	17
4.1.4	Políticas públicas para equidade de gênero	19
4.2	Mulher.....	21
4.2.1	Na história.....	22
4.2.2	No mercado de trabalho	23
4.3	Mulheres na Engenharia Civil.....	24
4.3.1	Desafios e oportunidades	25
5	MATERIAIS E MÉTODOS.....	28
5.1	Área de estudo.....	28
5.2	Revisão bibliográfica.....	29
5.3	Levantamento de dados para a pesquisa.....	29
5.4	Avaliação qualitativa	30
6	RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	32
6.1	Ingresso de estudantes na Engenharia Civil da UTFPR-CM.....	32
6.2	Padrões de ingresso no curso de Engenharia Civil da UTFPR-CM	35
6.3	Vínculo acadêmico no curso de Engenharia Civil da UTFPR-CM	36
6.4	Evasão dos estudantes no curso de Engenharia Civil da UTFPR-CM.....	42
6.5	Atividades de extensão e pesquisa	44
6.6	Programa de Educação Tutorial (PET).....	48
6.7	Pórticos – Empresa Júnior	50
6.8	Concluintes no curso de Engenharia Civil da UTFPR-CM	51
6.9	Análise da representação feminina no curso de Engenharia Civil da UTFPR-CM.....	53

6.9.1	Perfil das Alunas	53
6.9.2	Motivações para a Escolha do Curso	56
6.9.3	Participação em atividades extracurriculares.....	57
6.9.4	Experiência Acadêmica e Representatividade	58
6.9.5	Desafios de Gênero e Preconceito	58
7	CONCLUSÃO.....	61
	REFERÊNCIAS	63
	APÊNDICE A.....	69

1 INTRODUÇÃO

O conceito de gênero é demasiadamente polêmico e multifacetado, evoluindo ao longo do tempo para transcender seu vínculo com o determinismo biológico (Scott *et al.*, 1995). Essa evolução, contudo, não se traduz em uma eliminação efetiva da desigualdade de gênero, especialmente nos campos acadêmico e profissional (Feclesc, 2010; Silva *et al.*, 2005). A Engenharia Civil, em particular, enfrenta desafios históricos quanto à representação e participação das mulheres (Saraiva, 2008).

Ao traçar a trajetória histórica das mulheres na Engenharia Civil, desde as pioneiras até os dias atuais, torna-se evidente a persistência de obstáculos. O ambiente acadêmico revela discriminação, enquanto o setor profissional reflete resistência em um cenário tradicionalmente dominado por homens (Lombardi, 2005). Apesar de avanços notáveis, a sub-representação feminina ainda é uma realidade significativa (Casagrande *et al.*, 2016).

Não obstante os desafios, as mulheres na engenharia civil têm desempenhado papéis fundamentais e contribuído significativamente para o avanço do setor (Casagrande *et al.*, 2016; Lombardi, 2005). Suas habilidades e perspectivas diversificadas trazem uma riqueza de inovação e talento. Contudo, as oportunidades emergentes muitas vezes enfrentam resistência estrutural, exigindo esforços contínuos para superar barreiras de gênero (Lombardi, 2005).

O compromisso com a igualdade de gênero na engenharia civil é fundamental para transformar essa narrativa. Políticas inclusivas, como o Programa Pró-Equidade de Gênero, buscam eliminar discriminações e promover uma cultura organizacional igualitária (Brasil, 2013). No entanto, desafios persistentes, como a resistência cultural e a falta de representação, exigem uma abordagem abrangente e contínua.

Portanto, a busca por igualdade de gênero na engenharia civil é um caminho marcado por avanços e desafios. Reconhecer a contribuição valiosa das mulheres, compreender os obstáculos enfrentados e comprometer-se com políticas inclusivas são passos essenciais para construir uma engenharia civil mais inclusiva, igualitária e inovadora.

Diante disso, esse trabalho realizou uma análise da representação das mulheres no curso de graduação em Engenharia Civil da Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Campus Campo Mourão, buscando entender as principais adversidades encontradas pelas mesmas durante a sua formação.

2 OBJETIVOS

A seguir são apresentados os objetivos do trabalho, tanto o principal quanto os específicos.

2.1 Objetivo Geral

Realizar uma análise da representação das mulheres no corpo discente de Engenharia Civil da Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Campus Campo Mourão.

2.2 Objetivos Específicos

- Realizar uma análise comparativa do quantitativo de homens e mulheres que ingressaram no curso de engenharia civil;
- Analisar os padrões de ingresso, permanência e evasão das mulheres, ao longo do tempo, no curso de engenharia civil;
- Analisar a participação das alunas em atividades de pesquisa e extensão;
- Identificar possíveis dificuldades e desafios encontrados pelas acadêmicas durante o itinerário formativo.

3 JUSTIFICATIVA

A presente pesquisa sobre a representação das mulheres no curso de Engenharia Civil na Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), Campus Campo Mourão, surge em resposta a uma problemática complexa e relevante que transcende os limites acadêmicos, sendo respaldada pela necessidade de compreender, questionar e transformar dinâmicas que, historicamente, resultaram em disparidades entre homens e mulheres, dessa forma a pesquisa visa fornecer *insights* para fomentar discussões que podem vir a promover a participação feminina desde o início da formação acadêmica.

Esta pesquisa se faz crucial diante da persistência de desequilíbrios de gênero em muitos setores, incluindo o meio acadêmico. No cenário atual, marcado por debates crescentes sobre equidade de gênero, esta pesquisa se alinha às demandas sociais e às metas globais estabelecidas pelo Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 5 - Igualdade de Gênero. Além disso, identificar possíveis dificuldades enfrentadas pelas acadêmicas durante o itinerário de formação permitirá a implementação de medidas específicas de apoio, visando criar um ambiente educacional mais inclusivo e propício ao desenvolvimento de todas as estudantes.

Em última análise, a justificativa para esta pesquisa reside em contribuir ativamente para a construção de um ambiente acadêmico mais equitativo, onde talentos e capacidades sejam reconhecidos independentemente do gênero. Ao avançar nesse entendimento, a pesquisa busca não apenas preencher lacunas de conhecimento, mas também inspirar ações concretas em direção a uma sociedade mais justa e igualitária.

4 REVISÃO DE LITERATURA

A seguir serão apresentados os conceitos básicos inerentes a construção do trabalho, sendo os mesmos embasados em diversas leituras sobre o referido tema.

4.1 Gênero

O conceito de gênero é demasiadamente polêmico e controverso, visto que o mesmo pode ser subentendido de diversas maneiras e que tem evoluído ao longo do tempo.

Em um popular dicionário da língua portuguesa, são encontradas diferentes definições para o termo. A primeira delas se refere a uma classe, sendo essa uma classificação da biologia relacionada às espécies. A segunda definição aborda o conceito de gênero como as características comuns entre duas coisas ou indivíduos, que determinam sua essência. Por fim, a terceira definição assume uma abordagem mais social e antropológica, onde o termo gênero é entendido como a expressão cultural das diferenças entre os sexos em uma sociedade, manifestando-se nos papéis estabelecidos para cada um dos sexos (Ferreira, 2009).

Essas definições estão intrinsecamente ligadas ao conceito de sexo, que historicamente era usado de maneira conjunta com o termo gênero (Scott *et al.*, 1995). No entanto, nos dias de hoje, observa-se uma distinção clara entre esses dois conceitos. O uso do termo "gênero" pode ou não incluir o termo "sexo" (Colling, 2018; Scott *et al.*, 1995). Isso significa que o termo "gênero" transcende seu significado puramente biológico e adentra o domínio social e da identidade, permitindo que cada indivíduo exerça o poder de escolher sua própria identidade de gênero.

4.1.1 Sexo e gênero

A problemática envolvendo os conceitos de sexo e gênero está no fato de associar "gênero" apenas ao aspecto biológico, considerando que este seja o determinante para como será o indivíduo. Eis uma consideração errônea, visto que através de vários pesquisadores ao longo da história um indivíduo não tem a sua identidade de gênero apenas através do campo biológico e anatômico (Fausto-Sterling, 1985; Moore, 1997).

Pode-se dizer que as capacidades de um indivíduo não provenham de uma única linha, mas sim de um emaranhado de linhas e interações entre o ser biológico e ser social (Fausto-Sterling, 1985), onde a biologia pode sim influenciar o indivíduo, mas a mesma não é capaz de formá-lo por inteiro, sendo de extrema importância o ambiente social no qual o mesmo está inserido (Ortner; Whitehead, 1992).

A discussão sobre essa diferenciação ganhou mais força a partir das antropólogas feministas dos anos 70, as quais trouxeram à tona a necessidade de se fazer essa desvinculação, visto que o feminino e as mulheres eram esquecidos no campo político e econômico, como se as mesmas tivessem de ocupar somente o papel que lhe era dado nos primórdios (Moore, 1997).

Desse modo, pode-se dizer que o sexo é mais atrelado aos fatores biológicos, e o gênero mais atrelado a fatores culturais. Contudo, é crucial ressaltar que tais distinções não podem ser consideradas absolutas, uma vez que os conceitos e significados associados a ambos são passíveis de variação dentro de cada contexto cultural.

4.1.2 Desigualdade de gênero

Pode-se dizer que a desigualdade de gênero ainda está ligada ao binário masculino/feminino, sendo o termo gênero utilizado na maioria das vezes em referência as mulheres.

Nos primórdios, notadamente durante o Paleolítico da pré-história, descobertas recentes apontam que essa desigualdade não existia, visto que mulheres e homens podiam desempenhar as mesmas funções, sendo que algumas vezes haviam sociedades que eram matriarcais, e as mulheres desempenhavam papéis de liderança nas comunidades (Cavalcante *et al.*, 2019; Feclesc, 2010; Nunes, 2005; Probst; Ramos, 2003).

No entanto, à medida que as sociedades se tornaram mais complexas e hierárquicas, a posição das mulheres começou a diminuir, iniciando a desigualdade de gênero, onde as atividades passaram a ser segregadas, e cada um desempenhava um papel, sendo o das mulheres a responsabilidade por cuidar do lar e dos filhos, enquanto aos homens era reservado o dever de prover a família e atuar no campo econômico (Feclesc, 2010; Probst; Ramos, 2003).

A mulher, além de se ater apenas as obrigações do lar, era vista como submissa do homem, sendo este o detentor da virilidade e da força. Nascendo dessa forma o conceito de “sexo frágil” atrelado as mulheres (Colling, 2004; Perrot; Ferreira, 1998; Tedeschi, 2006).

Com o passar do tempo essas funções e segregações passaram por algumas mudanças, entretanto as mesmas não foram significativas o suficiente, visto que a mulher ainda tem atrelada a si a responsabilidade pela casa e o homem privilégios nos campos político e econômico (Cavalcante *et al.*, 2019).

O caminho percorrido revela uma evolução marcada por avanços, mas também por resquícios persistentes de uma estrutura hierárquica e discriminatória (Cavalcante *et al.*, 2019). Esta realidade sublinha a necessidade premente de um compromisso coletivo na desarticulação dessas estruturas profundamente enraizadas, almejando assim um futuro onde o gênero não seja determinante para a definição de papéis e oportunidades na sociedade (Barboza; Almeida Junior, 2017).

4.1.3 ODS 5 – Igualdade de gênero

A igualdade de gênero não se refere apenas à igualdade entre homens e mulheres, mas também aborda questões mais amplas de identidade de gênero e orientação sexual (Godinho; Silveira, 2004). O Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 5, estabelecido pelas Nações Unidas como parte da Agenda 2030, reconhece que a igualdade de gênero não é apenas um direito humano fundamental, mas também uma base essencial para um mundo pacífico, próspero e sustentável (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2019).

O ODS 5 é composto por 9 metas interconectadas, representadas no Quadro 1, que visam abordar as desigualdades de gênero em diversas áreas da sociedade e buscando a melhoria de vida das mulheres em associação ao desenvolvimento sustentável (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2019).

O tema da igualdade de gênero e sua discussão estão se tornando cada vez mais abertos e relevantes, tornando evidente a importância do ODS 5 nas desigualdades de gênero que persistem em todo o mundo. No entanto, a realização dos objetivos e metas estabelecidos nessa área ainda enfrenta desafios significativos. Mulheres e meninas continuam a enfrentar discriminação em várias esferas da vida,

desde o acesso à educação, lutando por direitos tão fundamentais e até a representação em cargos de liderança (Barboza; Junior, 2017).

Quadro 1 – Metas do ODS 5

Metas do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 5
1) Garantir o fim de qualquer forma de discriminação contra todas as mulheres e meninas
2) Erradicar a violência de gênero, seja no contexto público ou privado, incluindo a luta contra o tráfico e a exploração sexual
3) Eliminar práticas nocivas, como casamentos prematuros, forçados e infantis, bem como a mutilação genital feminina.
4) Promover a autonomia de todas as mulheres, eliminando as disparidades na distribuição de trabalho remunerado e não remunerado, incluindo o trabalho doméstico e de cuidados
5) Assegurar que as mulheres tenham participação plena e igualdade de oportunidades para ocupar posições de liderança em todos os níveis da tomada de decisões nas esferas política, econômica e pública
6) Garantir o acesso universal à saúde sexual e reprodutiva, bem como aos direitos reprodutivos, conforme acordado no Programa de Ação da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento e na Plataforma de Ação de Pequim
7) Implementar reformas que garantam igualdade de direitos para as mulheres no que se refere a recursos econômicos, incluindo acesso à propriedade, serviços financeiros, recursos naturais, de acordo com as leis nacionais
8) Ampliar a utilização de tecnologias relacionadas à informação e comunicação, com o objetivo de fomentar o empoderamento feminino
9) Implementar e fortalecer políticas abrangentes e leis pertinentes que visem promover a igualdade de gênero e capacitar todas as mulheres e meninas em todos os âmbitos

Fonte: Adaptado de Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2019.

A violência de gênero é uma realidade com a qual muitas mulheres têm que lidar diariamente, e práticas prejudiciais, como casamentos infantis, afetam a vida de milhões de meninas. Essas questões destacam a importância de cumprir o cronograma da Agenda 2030 em relação ao Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 5 – Igualdade de Gênero, para a construção de um mundo mais justo, igualitário e sustentável (Montrone, 2020).

4.1.4 Políticas públicas para equidade de gênero

Historicamente, as disparidades de gênero têm se manifestado em diversas esferas, como o acesso à educação, ao mercado de trabalho, a participação política e nas próprias dinâmicas familiares. A luta pela equidade de gênero é uma aspiração de longa data que visa garantir que todos, independentemente do sexo, tenham as mesmas oportunidades em todas as áreas da vida (Barboza; Almeida Junior, 2017; Alves, 2016). Embora os obstáculos ainda sejam evidentes, as mulheres vêm conquistando maior reconhecimento de seus direitos à igualdade, especialmente em setores tradicionalmente dominados por homens (Probst; Ramos, 2003).

Nesse contexto, a implementação de políticas públicas é fundamental para promover a equidade de gênero. Tais políticas, elaboradas pelo Estado, têm o papel de assegurar direitos previstos na Constituição Federal e em outras legislações, além de transformar esses direitos em ações concretas (Souza, 2003). Para que sejam eficazes, é crucial que essas políticas abordem os principais fatores que perpetuam as desigualdades no cotidiano das mulheres. Esses fatores incluem a divisão sexual do trabalho, tanto na esfera privada quanto na pública, a restrição da autonomia econômica, o controle sobre seus corpos e sexualidade, além de questões relacionadas ao racismo e a outros preconceitos estruturais (Momo, 2013).

No Brasil, as primeiras iniciativas de políticas públicas voltadas para a equidade de gênero começaram em 1983, com a criação dos primeiros conselhos estaduais de Direitos da Mulher e da Condição Feminina. Em 1985, foi inaugurada a primeira Delegacia de Polícia de Defesa da Mulher, em São Paulo, e no mesmo ano foi criado o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM), com o objetivo de promover políticas para eliminar todas as formas de discriminação contra as mulheres e garantir igualdade de direitos nas atividades socioeconômicas e culturais (Fujiwaka, 2002; Momo, 2013).

Em 2003, a criação da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM) sinalizou um avanço, sendo responsável pelo planejamento e elaboração de campanhas educativas para a promoção da igualdade de gênero (SPM, 2012). Em colaboração com o CNDM, a SPM coordenou a I Conferência Nacional de Políticas para Mulheres, cujas deliberações subsidiaram a elaboração do I Plano Nacional de Política para Mulheres (PNPM) em 2005 (Momo, 2013). Os objetivos desse plano incluíam a eliminação de discriminações no acesso, remuneração e ascensão no

emprego, a conscientização de empregadores sobre a igualdade de oportunidades, a promoção de uma cultura organizacional inclusiva e o reconhecimento público de organizações comprometidas com a equidade de gênero (Brasil, 2013).

Em 2007, a necessidade de uma segunda Conferência Nacional de Políticas para Mulheres foi identificada para avaliar o I PNPM e discutir novos eixos centrais, resultando na efetiva implementação dos planos acordados (Momo, 2013). Dessa forma temos o surgimento do II Plano Nacional de Políticas para Mulheres, o qual passou a expressar com maior força o propósito no enfrentamento das desigualdades no país (Momo, 2013).

Atualmente, várias políticas públicas visam dar segurança e apoio às mulheres para a promoção da equidade, como as Casas da Mulher Brasileira, que oferecem apoio humanizado através de atendimento psicológico, alojamento, promoção de autonomia econômica, acesso a áreas de saúde e assistência de delegacia especializada, e os Centros de Referência da Mulher, que são espaços de acolhimento a mulheres em situação de violência (Agência Gov, 2024).

Por meio destes e outros programas, o Brasil tem avançado, embora com desafios, na busca por uma maior inserção feminina em setores tradicionalmente restritos às mulheres, contribuindo para um ambiente de trabalho mais justo e igualitário.

Na área das Ciências e Tecnologias (C&T), onde a engenharia se insere, as políticas de equidade têm se concentrado em três frentes principais: 1) aumentar a participação feminina por meio de medidas que facilitem a inclusão de mulheres em ambientes já consolidados; 2) criar uma cultura científica e organizacional que não apenas atraia mulheres para a comunidade científica, mas que também promova sua integração e desenvolvimento; 3) incorporar as questões de gênero nas pesquisas científicas, incentivando a análise desses aspectos durante o desenvolvimento dos estudos (Schiebinger; Schraudner, 2011). Atualmente, nesse quesito, o país conta com programas como: “Elas nas Exatas” e “Futuras Cientistas”.

O programa Elas nas Exatas, criado em 2015 pela parceria entre Instituto Unibanco, Fundo Elas e Fundação Carlos Chagas, com uma segunda edição em 2017 com apoio da ONU Mulheres, visa eliminar estereótipos de gênero no ensino médio das escolas públicas brasileiras. Ao integrar a escola com a comunidade, o programa fortalece o papel de ambos na promoção da educação e no desenvolvimento de relações sociais mais igualitárias, permitindo a participação de associações

representativas de escolas, grupos feministas e organizações de defesa dos direitos das mulheres e dos direitos humanos em seus editais. Coordenado por mulheres, o programa busca empoderá-las, demonstrando que elas podem ocupar cargos de liderança e prestígio, oferecendo exemplos inspiradores para as alunas.

Já o programa Futuras Cientistas foi idealizado pela Dra. Giovana Machado, pesquisadora do Centro de Tecnologias Estratégicas do Nordeste (CETENE), no estado de Pernambuco, com o objetivo de incentivar alunas do ensino médio a se interessarem pelas áreas de Ciência, Tecnologia, Engenharia e Matemática (conhecido pela sigla em inglês, STEM), promovendo uma maior equidade de gênero nessas disciplinas. Além de despertar o interesse pela pesquisa científica e tecnológica, o programa visa estimular o pensamento crítico e desenvolver uma cultura científica entre estudantes e professoras de escolas públicas. Lançado em 2012, inicialmente restrito a Pernambuco, o programa alcançou projeção nacional após vencer o Prêmio Luz na Educação (LED) em 2022. Seu sucesso está ligado à metodologia de imersão científica, que envolve atividades estruturadas em planos de trabalho, workshops e palestras, proporcionando uma experiência prática e formativa (Machado, 2023).

4.2 Mulher

No dicionário de língua portuguesa, o termo “mulher” apresenta, dentre muito outros, o significado de “O ser humano do sexo feminino que apresenta características consideradas próprias do seu sexo, como delicadeza, carinho, sensibilidade etc.” (Mulher, 2023).

Entretanto, essa definição não passa de algo erroneamente enraizado na cultura, não só brasileira como mundial, de que mulher é o “sexo frágil”, e que só pode desempenhar funções previamente definidas, como cuidar da casa e dos filhos. A ideia de “sexo frágil”, não define verdadeiramente a mulher, que é um ser multifacetado e que possui muitas habilidades além de mãe e mulher do lar. A verdadeira essência da mulher reside na diversidade de suas experiências e na resiliência diante de adversidades (Teixeira; Caminha, 2013).

4.2.1 Na história

A história das mulheres é uma narrativa complexa que se desenrolou ao longo de milênios, moldando e sendo moldada por mudanças sociais, culturais e econômicas. Desde os primórdios da civilização, as mulheres desempenharam papéis cruciais na formação do mundo (Cavalcante *et al.*, 2019; Feclesc, 2010).

O papel das mulheres na história, desde a Grécia antiga é o de mãe e responsável pelo lar, um papel de fragilidade, sempre tendo a necessidade de um homem como protetor, ou que provenha a família. A mulher sempre foi silenciada e ignorada, sendo tida como desnecessária ou até mesmo um peso a ser carregado (Santos *et al.*, 2020).

Desde os tempos de Aristóteles, um dos primeiros pensadores a abordar, entre outras questões, a natureza das mulheres, que tem sido frequentemente retratada como inferior, desprovida de confiabilidade, com desenvolvimento limitado e, injustamente, como menos inteligente, com uma visão machista e autoritária sobre as mulheres, perpetuando ao longo da história uma série de estereótipos negativos em relação às mulheres, como um “homem mal-acabado”, uma forma incompleta (Perrot; Ferreira, 1998; Tedeschi, 2006).

Durante muito tempo as mulheres foram invisíveis na história mundial, com suas atribuições deixadas de lado assim como o seu potencial, sendo ensinadas somente tarefas domésticas, como serem boas mães e esposas, tendo assim o acesso à educação, política e outras áreas de interesse limitado e estando reclusas ao lar (Feclesc, 2010).

A Revolução Industrial marcou um ponto de virada na história das mulheres. Com o advento da industrialização, as mulheres começaram a romper as barreiras que as confinavam principalmente às tarefas domésticas, ingressando no mercado de trabalho em fábricas. Entretanto todo o esforço para se alcançar esse novo marco e o seu empenho em suas funções não traziam em conjunto melhorias visíveis e substanciais em suas vidas, ainda sendo desvalorizadas, enfrentando disparidades salariais significativas com relação aos homens de mesma função (Cavalcante *et al.*, 2019; Feclesc, 2010).

Foi então no século XX onde houveram mudanças significativas na vida das mulheres. A Segunda Guerra Mundial proporcionou oportunidades de trabalho em setores que antes eram dominados por homens, pois agora os homens se

encontravam nas frentes de batalha e restava às mulheres as tarefas antes ocupadas por esses homens. O movimento pelos direitos civis dos anos 1960 deu origem à segunda onda do feminismo, sendo de extrema importância para dar voz aquelas que antes não eram ouvidas, buscando a promoção da igualdade de gênero em todas as áreas da vida (Perrot; Ferreira, 1998; Coutinho; Menandro, 2015)

As mulheres estão presentes em todos os campos, desde a política até a ciência, cultura e negócios. Ainda que desafios persistentes, como disparidades salariais e violência de gênero, persistam, as conquistas e avanços continuam a moldar o futuro das mulheres (Feclesc, 2010; Silva, 2005).

4.2.2 No mercado de trabalho

A Constituição Federal institui que “todos são iguais perante a lei” (Brasil, 1988), entretanto isso não é uma verdade absoluta na prática, visto os desafios encontrados principalmente pelas mulheres para atuar no mercado de trabalho.

Como já dito anteriormente, o papel da mulher estava diretamente atrelado ao lar, uma vez que a mesma seria a responsável exclusiva da educação dos filhos, sendo atividades militares ou industriais uma realidade quase inalcançável e não ligada ao sexo feminino. Entretanto, esse cenário teve uma grande reviravolta com o deflagrar das duas grandes guerras mundiais, momento em que as mulheres tiveram que tomar a frente nos negócios familiares, considerando que os homens estavam nas linhas de batalha (Cavalcante *et al.*, 2019; Probst; Ramos, 2003).

Com o fim da guerra, muitos homens não voltaram mais às suas famílias, além de muitos que voltaram mutilados e incapazes de desempenhar o papel de provedor que antes lhes cabia. Dessa forma as mulheres assumiram o lugar dos seus maridos e pais no trabalho (Probst; Ramos, 2003).

A inserção da mulher no mercado não foi fácil, visto que tinham uma jornada de trabalho muito longa e com salários inferiores aos dos homens. Essa desigualdade juntamente com o avanço da capitalização mundial e o aumento da participação feminina no mercado de trabalho trouxe a necessidade de leis que as resguardassem e amparassem (Schussler; Fabricio, 2017).

Dentre essas pode-se citar os incisos XVIII e XX do artigo 5º da Constituição Federal Brasileira (1988), os quais:

XVIII - licença à gestante, sem prejuízo do emprego e do salário, com a duração de cento e vinte dias;

XX – proteção do mercado de trabalho da mulher, mediante incentivos específicos, nos termos da lei (Brasil, 1988, cap II, art.7º, on-line).

4.3 Mulheres na Engenharia Civil

A engenharia, um excelente exemplo de ciência exata, teve sua origem no cenário militar, inicialmente aplicada na construção de armamentos, pontes e estradas. Essa gênese contribuiu para a associação da Engenharia a um domínio predominantemente masculino (Lombardi, 2004).

A engenharia civil, a mais atrativa das engenharias para as mulheres, como mostram estudos, ainda tem uma minoria de mulheres se comparada aos homens (Casagrande *et al.*, 2016).

Contudo, apesar de sua atratividade, verifica-se uma significativa sub-representação feminina quando comparada ao contingente masculino nesta área. Essa disparidade de gênero na Engenharia Civil, conforme argumenta Lombardi (2005), tem sua origem na discriminação de gênero, manifestando-se tanto no ambiente acadêmico quanto no contexto profissional.

Conforme apontam dados recentes da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO, em muitos países o índice de mulheres nas áreas de Engenharia e Tecnologia é inferior à 20% (UNESCO, 2021).

Tal fenômeno destaca a necessidade imediata de abordagens mais inclusivas e políticas igualitárias, visando fomentar uma representação mais equitativa das mulheres nesse setor crucial.

A entrada da mulher na engenharia representa uma quebra de valores discriminatórios associados a carreiras predominantemente masculinas. Para optar por essa carreira, mulheres tiveram de confrontar padrões de gênero amplamente aceitos em diversas esferas sociais (Lombardi, 2005).

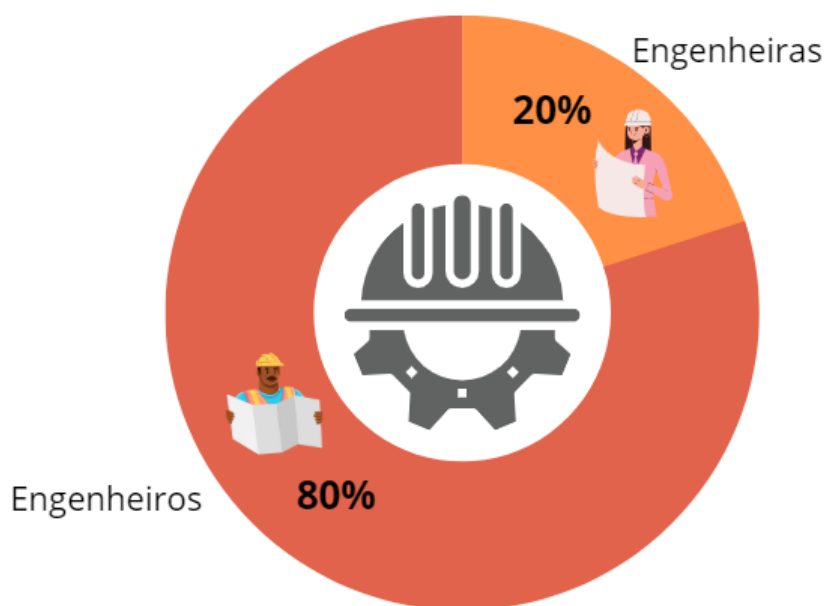
A inserção da mulher na engenharia civil não se deu de maneira menos desafiadora do que sua entrada no mercado de trabalho em geral. Elizabeth Bragg, em 1876, tornou-se a primeira mulher do mundo a se graduar em engenharia civil, na Universidade da Califórnia, EUA. Décadas depois, Edwiges Maria Becker Hom'meil

conquistou o feito de ser a primeira engenheira civil formada no Brasil, pela Escola Politécnica da Universidade Federal do Rio de Janeiro (Canal da engenharia, 2023).

Esses registros revelam não apenas a entrada tardia das mulheres nesse domínio profissional, mas também evidenciam que enfrentaram não apenas as normas da sociedade, mas também os padrões tradicionais que lhes foram transmitidos.

Apesar dos avanços na disseminação da informação e do conhecimento, as barreiras persistem nos dias atuais. O número de mulheres que escolhem a Engenharia Civil como área de graduação permanece inferior ao de homens. Essa disparidade se estende ao contingente de mulheres no exercício da profissão registradas nos Conselhos Federal e Regional de Engenharia e Agronomia (Conselho Federal de Engenharia e Agronomia, 2023), conforme indicado pelos dados apresentados na Figura 1, ressaltando a necessidade contínua de abordagens inclusivas e políticas igualitárias para promover a participação feminina neste campo.

Figura 1 – Porcentagem de profissionais ativos registrados no CREA-PR em 2023



Fonte: Conselho Federal de Engenharia e Agronomia, 2023.

4.3.1 Desafios e oportunidades

De acordo com Saraiva (2008, p.1):

A engenharia é, atualmente, a profissão com formação acadêmica onde a marca da masculinidade está mais fortemente enraizada. Dizer que engenharia é profissão para homens soa ainda “natural”, não se entendendo essa afirmação como problemática. Desde a escola, as marcas identitárias pelas quais se representa o gênero feminino colocam as mulheres como estranhas a esse campo e as produzem como pouco dotadas para essa área profissional.

Os desafios começam no ambiente acadêmico, onde a presença feminina nas salas de aula de engenharia civil ainda é desproporcionalmente menor, como mostrado em uma pesquisa realizada no campus Curitiba da UTFPR, onde apenas 32,5% dos discentes eram mulheres (Casagrande *et al.*, 2016). As mulheres muitas vezes precisam demonstrar não apenas sua habilidade técnica, mas também uma resiliência excepcional para superar a falta de representatividade e expectativas preconcebidas (Santos *et al.*, 2023).

Além de sofrer discriminação pela simples presença em um ambiente considerado masculino, as mulheres ainda tem de lidar com outros fatores como desconfiança, exploração de trabalho, assédio moral e assédio sexual. E embora os desafios persistam para as mulheres que buscam entrar na área da engenharia civil, o número de mulheres nessa área tem aumentado gradativamente com o passar dos anos (Lombardi, 2006; Santos *et al.*, 2023). De acordo com Lombardi (2006, p.179):

O maior ingresso das mulheres em escolas de engenharia ocorreu no processo de democratização do ensino superior de forma geral – e dessa profissão, em particular –, que se acelerou a partir de 1990, com a expansão do número de cursos de engenharia e, consequentemente, de formados. Os cursos de engenharia no país têm-se multiplicado desde a década de 60, mas a expansão mais expressiva aconteceu nos últimos 12 anos, entre 1990 e 2002, justamente no período de crise econômica mais agudo, marcado pela redução dos empregos para engenheiros.

Outros dados surgem a partir de uma pesquisa realizada em 2015, que se concentrou em um eixo principal composto por empresas construtoras do estado de São Paulo, e um eixo complementar formado por três grupos selecionados de mulheres engajadas nas questões de gênero na sociedade e na engenharia, foram obtidos relatos impactantes. Dentro desses depoimentos, as profissionais compartilharam experiências de discriminação e assédio, destacando a preocupante constatação de que consideram tais incidentes como algo comum e inevitável,

encarando-os como condições que precisam aceitar para se manterem na profissão (Lombardi; Moro; Mandetta, 2019; Lombardi, 2017).

Ao superar esses obstáculos, as mulheres não apenas ingressam, mas também desempenham um papel significativo no avanço do setor. Essa contribuição não apenas diversifica a profissão, mas também demonstra a resiliência e a capacidade das mulheres de alcançar excelência em um ambiente tão hostil.

5 MATERIAIS E MÉTODOS

O referido trabalho adota uma abordagem de pesquisa quali-quantitativa para avaliar a participação das mulheres, na condição de alunas, no curso de bacharelado em Engenharia Civil da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), no campus localizado da cidade de Campo Mourão, Paraná.

5.1 Área de estudo

A UTFPR, conhecida atualmente por esse nome, teve sua origem como "Escola de Aprendizes Artífices" em 1909, conforme estabelecido por decreto no mesmo ano. Posteriormente, em 1978, foi transformada em Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná (CEFET-PR). Desde então, sua identidade tecnológica tem sido uma característica marcante. Em um marco histórico, a partir da Lei Federal nº 11.184, de 7 de outubro de 2005, a instituição se tornou a primeira Universidade Tecnológica do país. Essa evolução institucional reflete o compromisso contínuo com a excelência na educação e na pesquisa tecnológica. (Universidade Tecnológica Federal do Paraná, 2017; Lorenzoni, 2005).

O Campus de Campo Mourão teve sua origem com a implementação de uma Unidade de Ensino Descentralizada, do então Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná (CEFET-PR), com o objetivo de promover a expansão e aprimoramento do ensino técnico. Sua operação teve início em 1995, nas instalações de um antigo ginásio local conhecido como Ginásio de Esportes Belim Carolo, onde 240 alunos foram matriculados, divididos em turmas de Técnico em Alimentos e Técnico em Edificações (Kurta *et al.*, 2022).

Em 2005, após a aprovação de uma lei de transformação que resultou na criação da primeira Universidade Tecnológica Federal do Brasil, o CEFET-PR passou a ser denominado Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), com o Campus de Campo Mourão tornando-se um dos 13 campus da instituição (Universidade Tecnológica Federal do Paraná, 2016).

O curso de Engenharia Civil não foi inicialmente oferecido desde o estabelecimento da instituição em Campo Mourão. A introdução dos cursos de graduação em engenharia ocorreu somente a partir de 2007, com os cursos de Engenharia de Alimentos e Engenharia de Produção Civil, este último substituído mais

tarde pelo curso de Engenharia Civil conforme o projeto pedagógico atual (Kurta *et al.*, 2022).

Atualmente, o curso de Bacharelado em Engenharia Civil é oferecido no formato semestral, em período integral, com duração de 5 anos, totalizando 10 semestres. São disponibilizadas 44 vagas a cada semestre, preenchidas através do Sistema de Seleção Unificada (Sisu), utilizando as notas do ENEM como critério classificatório, além de aceitar transferências externas e internas, sendo esta última considerada uma reopção de curso. Destaca-se ainda que o corpo docente do curso é altamente qualificado (Kurta *et al.*, 2022).

5.2 Revisão bibliográfica

Foi realizada uma revisão bibliográfica de artigos a respeito do tema em questão, utilizando como bases de dados: Google Acadêmico, *Scopus* e *Scientific Eletronic Library Online* (SciELO). As palavras-chave ou descritores foram utilizados de modo combinado utilizando os operadores booleanos “AND” e “OR” para criar estratégias de busca específicas para cada base de dados, tendo como termos utilizados: Engenharia Civil; Identidade de Gênero; Mulheres; Equidade de Gênero. Não foram utilizados filtros específicos para determinar o período de publicação dos artigos e materiais consultados.

5.3 Levantamento de dados para a pesquisa

Foi realizado um levantamento dos registros acadêmicos provenientes da própria universidade, para determinar o número de homens e mulheres que ingressaram no curso de Engenharia Civil oferecido na UTFPR, campus Campo Mourão, cujo recorte temporal compreendeu o primeiro semestre de 2010 ao segundo semestre de 2023. Esses dados foram obtidos no Departamento de Registros Acadêmicos (DERAC) do campus, bem como extraídos dos relatórios analíticos de gestão inseridos nos sistemas corporativos da própria UTFPR.

Em seguida foram observados os padrões de ingresso à universidade, subdivididos em vestibular, ENEM ou transferências, a situação das alunas em relação ao vínculo com o curso, ou seja, se regular, trancada, formada, desistente, bem como

foram identificados os dados sobre a evasão das acadêmicas ao longo do tempo no referido curso.

Outra análise realizada foi o levantamento quantitativo da participação das alunas da engenharia civil em atividades de pesquisa e extensão, incluindo a participação em programas como o Programa de Educação Tutorial (PET) e a Pórticos, Empresa Júnior vinculada ao curso de Engenharia Civil da UTFPR, campus Campo Mourão. Esses dados foram obtidos junto a Diretoria de Pesquisa e pós graduação (DIRPPG) e a Diretoria de Relações Empresariais e Comunitárias (DIREC) do campus Campo Mourão, da UTFPR.

Cabe ressaltar que os números relacionados às atividades de pesquisa e extensão abrangeram um período de tempo mais curto devido à falta de registros eletrônicos completos, o que poderia resultar em dados que não refletem completamente a realidade, além do tempo limitado disponível para a pesquisa. Quanto ao Programa de Educação Tutorial (PET) e à Empresa Júnior, os dados foram coletados, respectivamente, do site do programa e por meio de informações fornecidas por alunos que fazem parte da empresa.

De posse dos dados, estes foram organizados em tabelas e analisados estatisticamente, visando estruturá-los e interpretá-lo a fim de identificar os fatores que influenciam esses resultados. A interpretação dos dados baseou-se não apenas nos números obtidos, mas também na identificação de padrões e tendências, possibilitando uma compreensão mais profunda das dinâmicas observadas ao longo do período estudado.

5.4 Avaliação qualitativa

Após o levantamento quantitativo, foi realizada uma pesquisa qualitativa, na qual um questionário foi aplicado, de forma virtual, sem a obrigatoriedade de identificação da respondente, para o levantamento das informações junto as estudantes do curso de Engenharia Civil da UTFPR, campus Campo Mourão. O questionário foi aplicado, utilizando a plataforma Google Forms, conforme indicado no Apêndice A, e conta com cerca de 15 perguntas estruturadas que abordam a experiência das estudantes em relação ao curso, tanto em sala de aula quanto em atividades extra curriculares, e ainda os eventuais desafios e barreiras enfrentadas,

verificando a correlação com o gênero feminino, perspectivas de carreira e visões sobre a equidade de gênero na engenharia civil.

A amostra foi composta por alunas (mulheres) do curso de Engenharia Civil, abrangendo diferentes etapas da graduação (1º ao 10º período). Todas as alunas que se enquadraram nessas categorias foram incluídas na amostra, sem a aplicação de critérios de exclusão, resultando num universo amostral de 30% do total de alunas que compõem o quadro discente do curso.

Por fim, as respostas do questionário foram analisadas e correlacionadas com os resultados da revisão bibliográfica, permitindo uma compreensão mais profunda das dinâmicas e desafios enfrentados pelas mulheres no curso de Engenharia Civil da UTFPR, de Campo Mourão.

6 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A presente seção tem como propósito expor e analisar os dados obtidos na pesquisa, articulando-os com a literatura existente sobre a temática da participação feminina no curso de Engenharia Civil.

A interpretação dos achados busca compreender as dinâmicas que influenciam a presença feminina na graduação em Engenharia Civil, considerando tanto fatores estruturais quanto culturais. Para isso, os dados coletados são confrontados com estudos prévios, evidenciando tendências, desafios e possíveis avanços na equidade de gênero dentro do ambiente acadêmico.

6.1 Ingresso de estudantes na Engenharia Civil da UTFPR-CM

Com base nos relatórios analíticos de gestão integrados nos sistemas corporativos da UTFPR, foi possível realizar uma análise abrangente de diversos aspectos. Isso inclui o total de alunos matriculados até o final de 2023, a discrepância de admissão entre homens e mulheres e os diferentes padrões de ingresso, que podem ocorrer via Sisu ou por outros meios. A partir dessa análise, foram elaborados quadros e gráficos consolidando essas informações, os quais serão apresentados adiante.

Inicialmente, é pertinente destacar os dados relativos ao número total de ingressantes, conforme apresentado no Quadro 2. Este quadro demonstra a quantidade de admissões no curso de Engenharia Civil em cada um dos campi da UTFPR de 2010 até o final de 2023, que ofertam o respectivo curso, com destaque ao campus Campo Mourão.

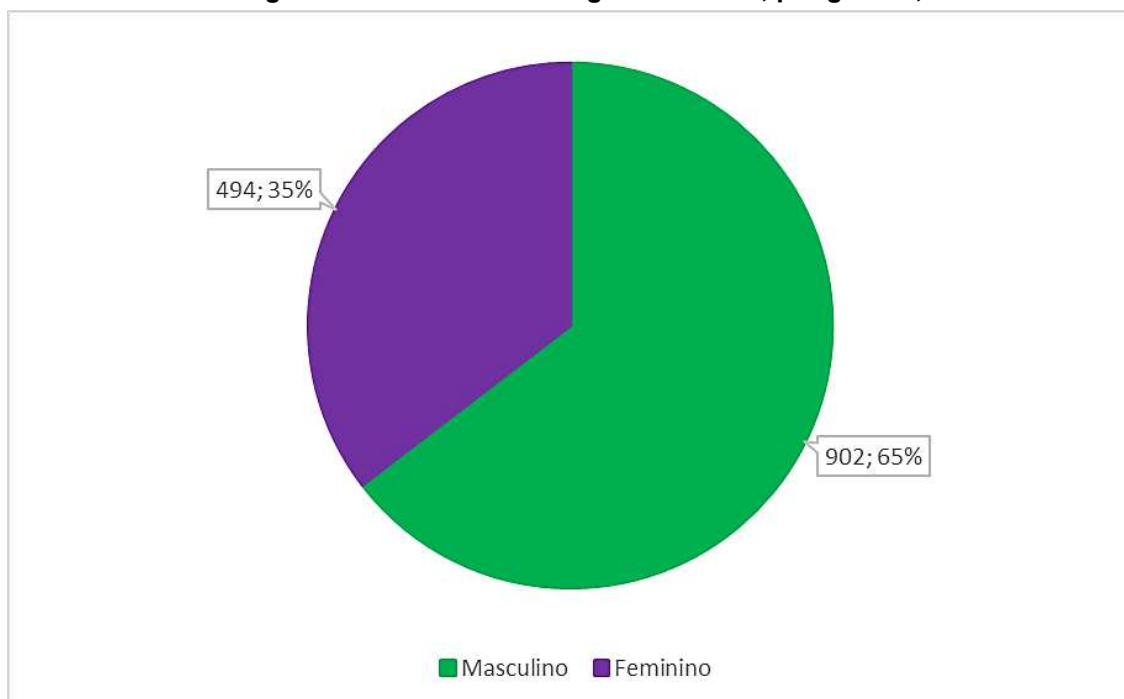
Quadro 2 – Total de ingressantes no curso de Engenharia Civil nos campi da UTFPR

Campus	Ingressantes
Apucarana	824
Campo Mourão	1396
Curitiba	1335
Guarapuava	927
Pato Branco	1395
Toledo	1232
Total	7109

Fonte: Adaptado de Relatórios Analíticos de Gestão da UTFPR, 2024.

Conforme observado, o campus de Campo Mourão se destaca com o maior número de ingressantes no referido curso, totalizando 1396 estudantes. No entanto, para uma análise mais aprofundada é necessário investigar a proporção desse total que corresponde a estudantes do sexo feminino. Ao realizar essa análise e consultar os dados disponíveis, dentro do período estudado, foi possível obter informações as quais foram então representadas em formato de porcentagem (Gráfico 1), permitindo uma visualização mais clara da distribuição de gênero entre os ingressantes do curso de engenharia civil, no campus de Campo Mourão, onde as estudantes do sexo feminino representam 35%, em relação aos 65% de estudantes do sexo masculino.

Gráfico 1 – Porcentagem de estudantes da Engenharia Civil, por gênero, na UTFPR-CM

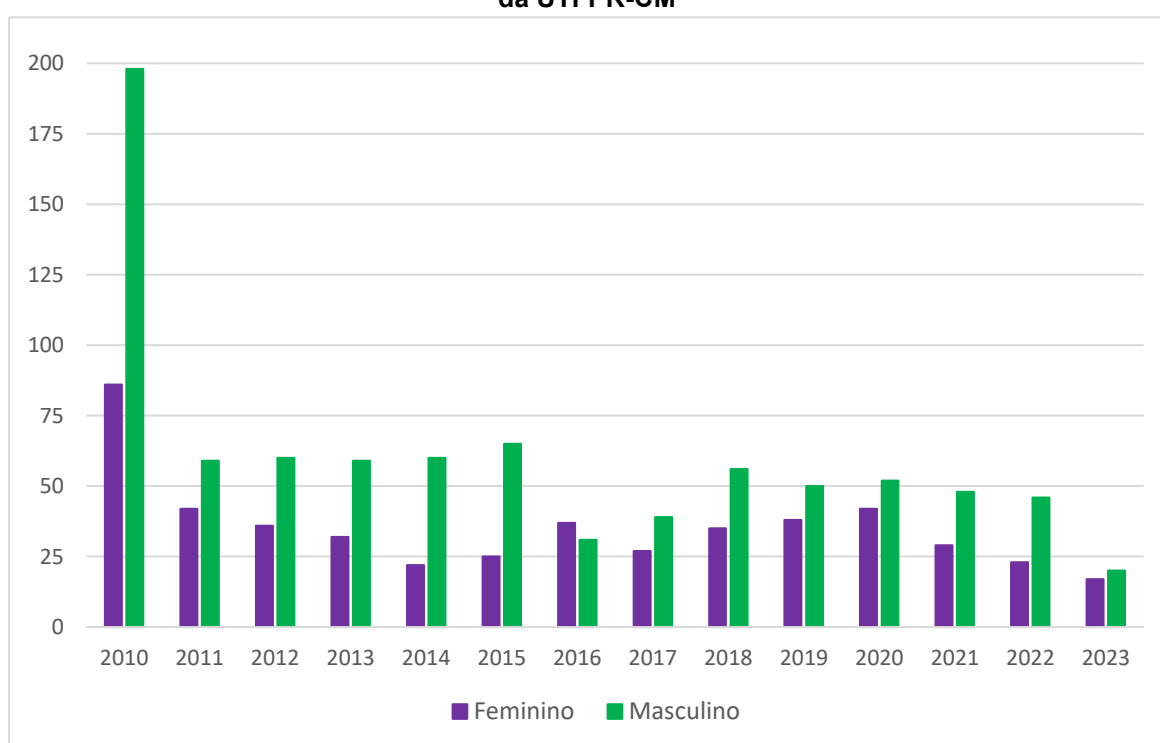


Fonte: Adaptado de Relatórios Analíticos de Gestão da UTFPR, 2024.

Com base nos dados analisados, é evidente que o sexo masculino predomina no curso em questão, o que reforça a teoria da falta de equidade entre homens e mulheres na Engenharia Civil na UTFPR de Campo Mourão (UTFPR-CM). Para aprofundar ainda mais essa análise, foi elaborado um comparativo do ingresso de ambos os sexos a cada ano que compreende o período de análise dos dados, conforme ilustrado no Gráfico 2.

Como observado, em grande parte dos anos, o número de ingressantes do sexo masculino superou significativamente o de ingressantes do sexo feminino, alcançando seus picos em 2010 e 2015. No entanto, houve uma inversão em 2016, quando o número de ingressantes do sexo feminino ultrapassou o número de ingressantes do sexo masculino. É importante ressaltar que essa inversão não pode ser interpretada como um avanço, pois nos anos subsequentes, os ingressantes do sexo masculino voltaram a superar os do sexo feminino.

Gráfico 2 – Comparativo entre os ingressos feminino e masculino no curso de Engenharia Civil da UTFPR-CM



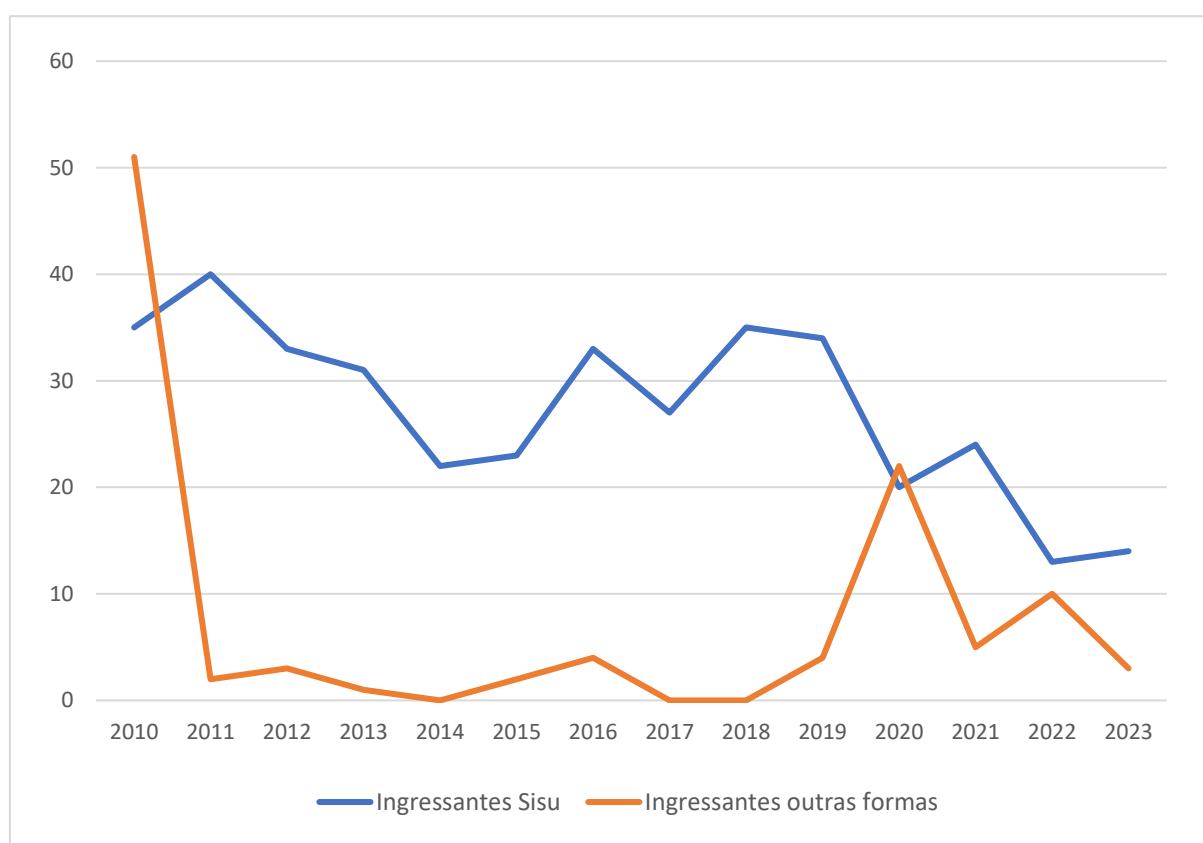
Fonte: Adaptado de Relatórios Analíticos de Gestão da UTFPR, 2024.

Em suma, com base nessa análise meramente quantitativa, pode-se inferir que as mulheres continuam a representar menos da metade dos ingressantes, ou seja, 35% das vagas no curso de Engenharia Civil no campus de Campo Mourão da UTFPR. Este cenário evidencia a persistência de desafios relacionados à equidade de gênero no contexto acadêmico e profissional da engenharia.

6.2 Padrões de ingresso no curso de Engenharia Civil da UTFPR-CM

Uma consideração crucial é o padrão de ingresso das estudantes do sexo feminino no curso de Engenharia Civil da UTFPR-CM, o qual reflete tanto fatores econômicos quanto sociais, além de barreiras institucionais e culturais. Estas diferentes formas de ingresso presentes no campus de Campo Mourão da UTFPR são ilustradas no Gráfico 3, fornecendo informações sobre qual delas é a predominante. Essa análise é fundamental para compreender os desafios enfrentados pelas mulheres na obtenção de acesso à educação superior e para identificar possíveis estratégias de promoção da igualdade de oportunidades no ambiente universitário.

Gráfico 3 –Quantitativo de ingresso feminino por padrão de entrada, ao longo dos anos, no curso de Engenharia Civil da UTFPR-CM



Fonte: Adaptado de Relatórios Analíticos de Gestão da UTFPR, 2024.

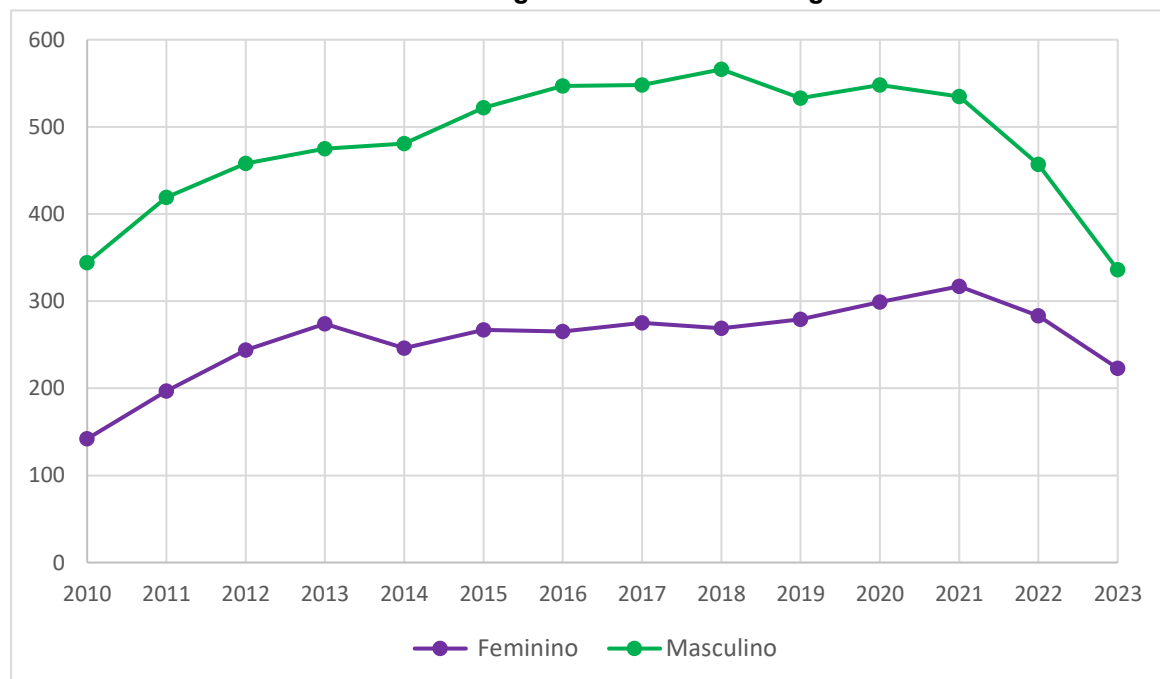
Ao analisar o Gráfico 3, é evidente que a forma mais comum de ingresso no campus de Campo Mourão é através do SisU, um sistema de seleção unificada que utiliza as notas do ENEM como critério. No entanto, nos anos de 2010 e 2020, observa-se um maior número de ingressos por outras vias, como transferência de

outras universidades ou de outros cursos oferecidos pelo campus. Além disso, em alguns anos, como 2014, 2017 e 2018, o ingresso ocorreu exclusivamente por meio do SisU. Essas variações nos padrões de ingresso ao longo do tempo também são observadas no ingresso masculino, onde em 2010 havia um predomínio de ingressos por outras vias, enquanto nos anos subsequentes o ingresso se deu majoritariamente através do SisU, sendo essa a única forma de ingresso em 2015 e 2016. Esses dados revelam a complexidade e a diversidade do processo de admissão de estudantes no referido campus.

6.3 Vínculo acadêmico no curso de Engenharia Civil da UTFPR-CM

Nesta análise, foram levantados os números de acordo com a tipologia de vínculo, ou seja, em relação ao status dos estudantes no sistema acadêmico, no período de 2010 a 2023. O comportamento desses dados ao longo dos anos, incluindo uma comparação entre a quantidade de homens e mulheres em cada uma das situações, está representado nos gráficos 4, 5, 6, 7 e 8. A primeira situação abordada é a de alunos em situação regular, conforme demonstrado no Gráfico 4.

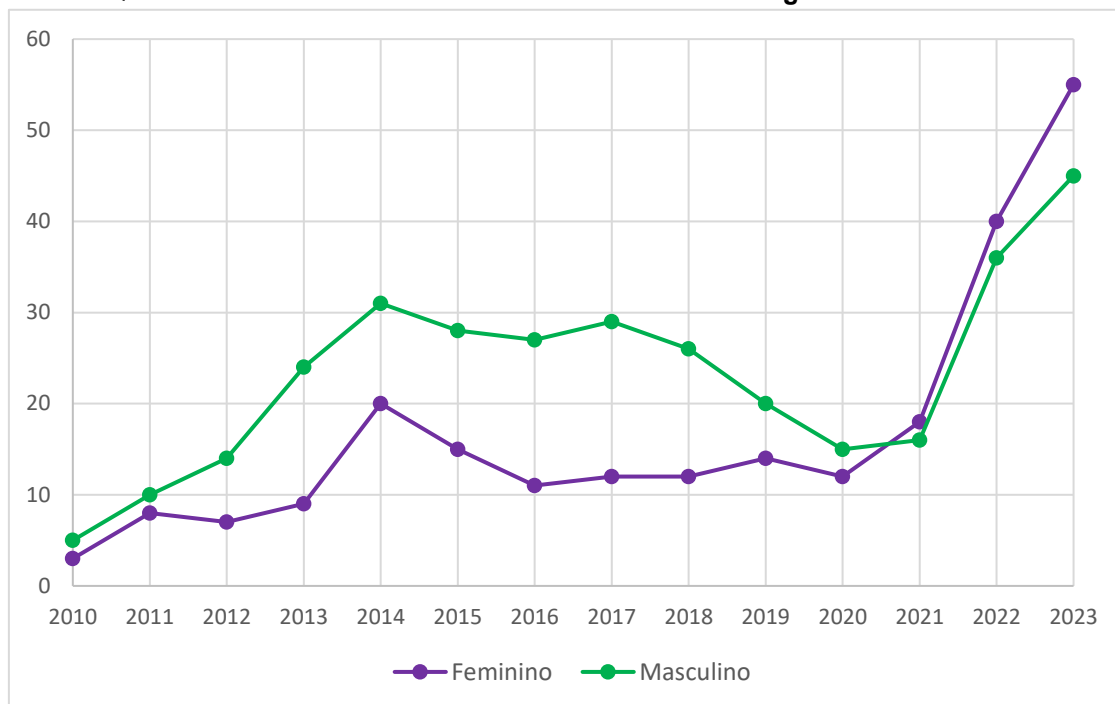
Gráfico 4 – Quantitativo de estudantes regulares no curso de Engenharia Civil da UTFPR-CM



Fonte: Adaptado de Relatórios Analíticos de Gestão da UTFPR, 2024.

Pode-se observar que nos primeiros anos do curso, houve uma certa proporcionalidade no crescimento de alunos em situação regular, sendo o número de homens sempre maior do que o de mulheres. No entanto, entre os anos de 2014 e 2019, houve um aumento na disparidade em termos quantitativos de homens e mulheres, por exemplo, em 2013 haviam 274 mulheres e 475 homens, já em 2014 haviam 246 mulheres e 481 homens, ou seja, houve um aumento na quantidade de alunos do sexo masculino e uma diminuição na quantidade de estudantes do sexo feminino. Por fim, em 2023, nota-se um cenário distinto, onde a diferença entre quantidade de homens e mulheres é menor, sendo o ano mais equilibrado dentro do período de análise, contando com 223 alunos do sexo feminino e 336 do sexo masculino. Entretanto, essa diminuição entre alunos e alunas ainda está longe da equidade a qual se almeja, mostrando que ainda há muito a ser feito.

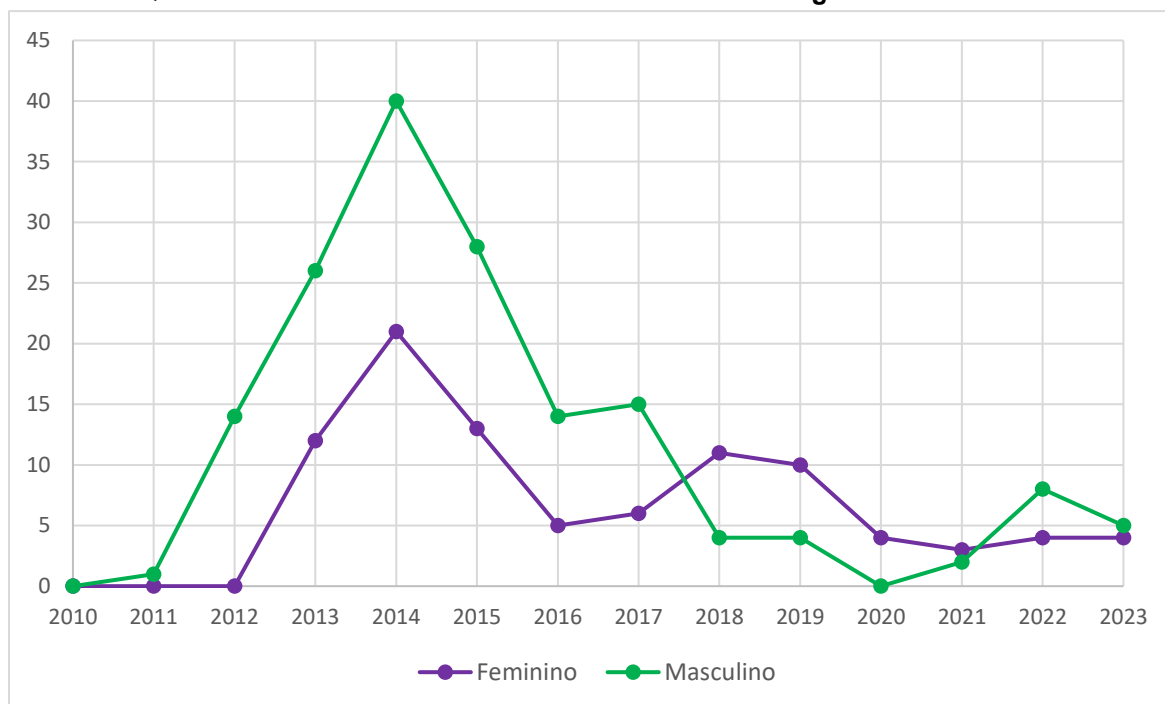
O segundo caso analisado é o de estudantes com o curso trancado, conforme pode ser visto no Gráfico 5. Neste caso, observa-se que havia mais estudantes do sexo masculino na situação abordada até o ano de 2020, com uma inversão desse padrão de 2021 a 2023. É interessante notar que esse período de aumento de mulheres com o curso trancado coincidiu com o período da pandemia da SARS-CoV-2 (COVID-19) e continuou a crescer após esse período. Esse fenômeno sugere possíveis impactos da pandemia na frequência e no progresso dos estudantes, especialmente entre as mulheres, e pode ser objeto de estudo para compreender melhor suas causas e consequências.

Gráfico 5 – Quantitativo de estudantes trancados no curso de Engenharia Civil da UTFPR-CM

Fonte: Adaptado de Relatórios Analíticos de Gestão da UTFPR, 2024.

Em seguida, o terceiro caso analisado diz respeito aos alunos em situação de afastamento. Observa-se, pelos dados representados no Gráfico 6, que em 2014 houve o maior número de alunos afastados (61 alunos), sendo 65,57% do sexo masculino e 34,43% do sexo feminino. Em 2018, uma inversão na quantidade de homens e mulheres afastados pode ser observada, padrão que se manteve até 2021. A alteração na proporção de afastamentos entre os sexos pode ser relacionada a mudanças no contexto social e acadêmico ao longo dos anos, como alterações nas políticas institucionais, no perfil socioeconômico dos alunos, dificuldades financeiras e até mesmo nas questões de saúde e bem-estar (Davok; Bernard, 2016; Oliveira, 2024)

Políticas institucionais eficazes desempenham um papel crucial na redução do afastamento de alunos e na promoção da permanência acadêmica. A melhoria contínua da qualidade de ensino motiva os alunos e contribui para a redução da evasão. A acessibilidade a recursos como bibliotecas, laboratórios e tecnologias é essencial, especialmente para alunos de classes sociais mais baixas (Davok; Bernard, 2016).

Gráfico 6 – Quantitativo de estudantes afastados no curso de Engenharia Civil da UTFPR-CM

Fonte: Adaptado de Relatórios Analíticos de Gestão da UTFPR, 2024.

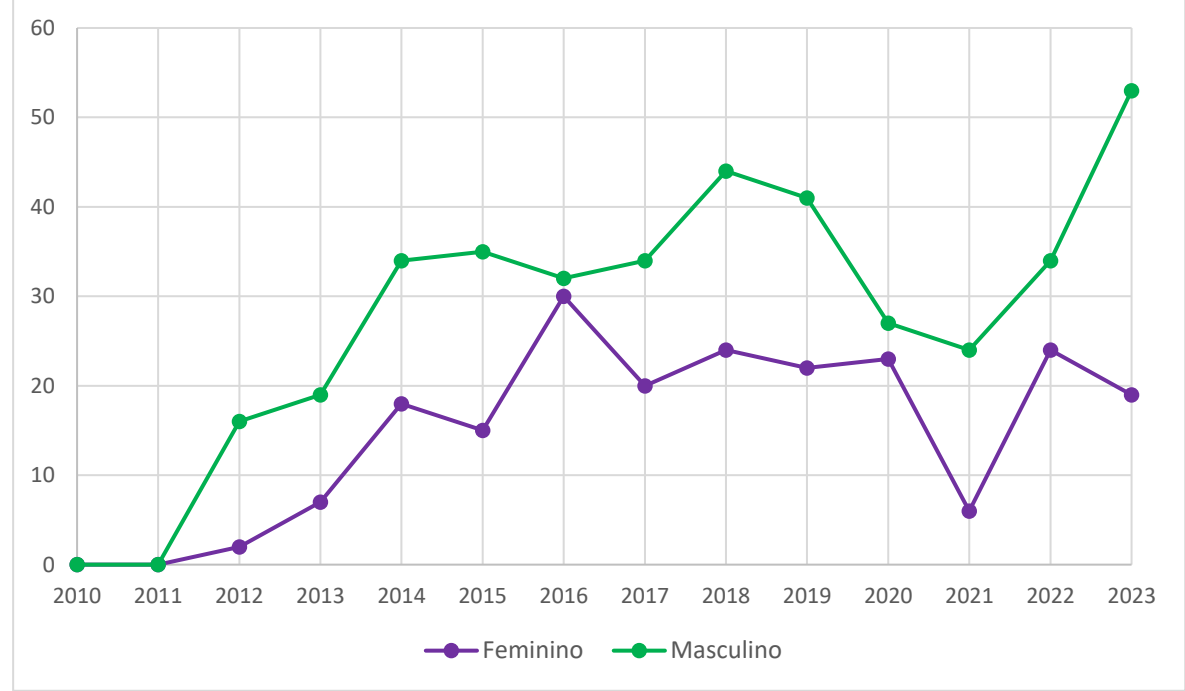
Com base na análise do Gráfico 7, que apresenta o quantitativo de estudantes formados no curso de Engenharia Civil da UTFPR-CM ao longo dos anos, é possível identificar algumas tendências relevantes na distribuição de gênero entre os formados.

Observa-se uma disparidade persistente na maior parte do período analisado, com um número superior de homens formados em comparação às mulheres. Essa diferença se torna mais acentuada em 2023, ano em que o número de formandos do sexo masculino atinge seu ápice (53), ultrapassando significativamente o número de formandas (19).

Outro aspecto relevante é a queda expressiva na quantidade de concluintes em 2021, o segundo ano da pandemia de COVID-19, quando ambos os grupos apresentam uma redução acentuada, sendo o impacto mais perceptível entre as mulheres. Além disso, nota-se que a menor disparidade entre os gêneros ocorreu em 2016, ano em que os números de homens (32) e mulheres (30) formados se aproximam mais.

Esses dados sugerem que fatores externos, como a pandemia, podem ter influenciado a trajetória acadêmica dos estudantes, afetando o ritmo de conclusão do curso.

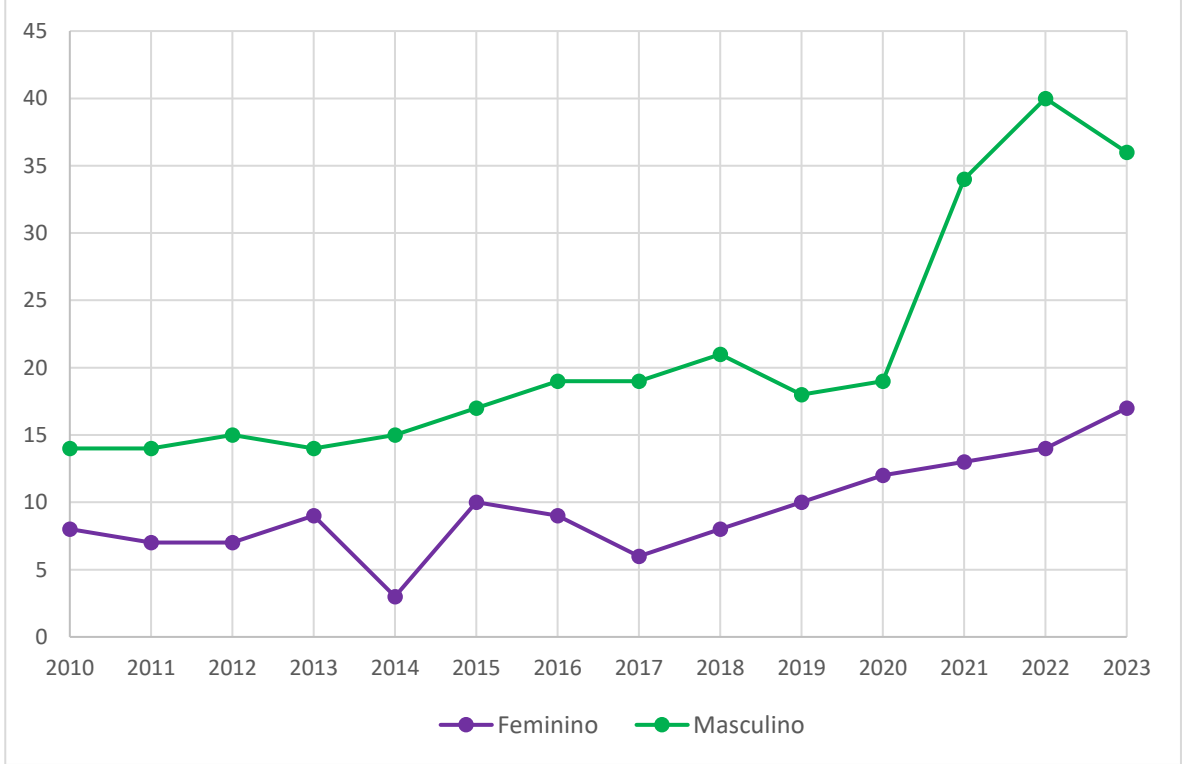
Gráfico 7 – Quantitativo de estudantes formados no curso de Engenharia Civil da UTFPR-CM



Fonte: Adaptado de Relatórios Analíticos de Gestão da UTFPR, 2024.

Partindo para a última situação analisada, tem-se a comparação dos dados de alunos desistentes, a qual pode ser observada no Gráfico 8.

Gráfico 8 – Quantitativo de estudantes desistentes no curso de Engenharia Civil da UTFPR-CM



Fonte: Adaptado de Relatórios Analíticos de Gestão da UTFPR, 2024.

Com base nos resultados levantados neste estudo, salienta-se que os estudantes do sexo masculino apresentam um número maior de desistência ao longo de todo o período analisado, com o pico ocorrendo no ano de 2022, o primeiro ano de aulas presenciais após a pandemia. Em contrapartida, em relação às mulheres, destaca-se que o menor número de desistentes ocorreu no ano de 2014 e o maior quantitativo de desistência de mulheres em 2023.

Essas observações ressaltam as diferenças de gênero na taxa de desistência ao longo do tempo e podem indicar diferentes fatores influenciadores na decisão de interromper os estudos para homens e mulheres.

Os resultados obtidos por Oliveira (2019) corroboram essas conclusões, destacando que a desistência na graduação em Engenharia, entre outros fatores, é motivada por uma combinação de dificuldades acadêmicas, emocionais e sociais. No caso das mulheres, algumas das principais razões apontadas incluem as dificuldades acadêmicas, especialmente nas disciplinas de matemática e cálculo, que geraram uma sensação de fracasso e frustração com as reprovações. Essas dificuldades impactaram negativamente a autoestima e a confiança das estudantes, levando muitas a acreditar que a área escolhida não era compatível com suas habilidades e interesses.

Outro fator importante é a incompatibilidade com o curso e a área de estudo. Muitas estudantes perceberam que a Engenharia não correspondia às suas expectativas, o que, somado a um ambiente universitário frequentemente descrito como masculino e competitivo, gerou sentimentos de exclusão e inferioridade. Atitudes machistas e a dificuldade em se integrar socialmente também foram citadas como fatores que afetaram o bem-estar emocional das estudantes. A falta de apoio institucional, especialmente em momentos de crise, é mais um elemento que contribuiu para a desistência de muitas mulheres (Oliveira, 2019).

Além disso, problemas emocionais e de saúde mental, como ansiedade e depressão, agravam-se devido à pressão acadêmica e à distância da família, levando muitas a tomar a decisão de interromper o curso. As expectativas familiares e a pressão social também desempenham um papel importante, com algumas estudantes sentindo-se pressionadas a concluir o curso, o que gerou um conflito interno que dificultou a tomada de decisão, embora muitas, eventualmente, tenham optado pela desistência após um período de reflexão. A combinação desses fatores, incluindo a sobrecarga emocional e a falta de suporte adequado, resulta em uma taxa de

desistência considerável, especialmente no início da graduação, conforme observado por Oliveira (2019).

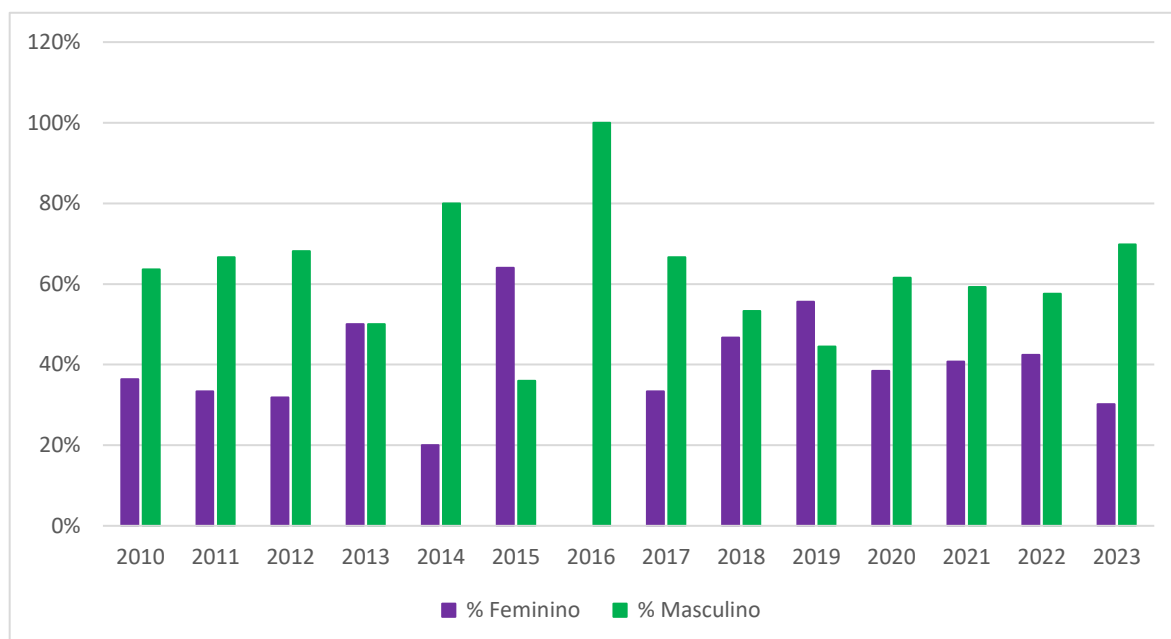
6.4 Evasão dos estudantes no curso de Engenharia Civil da UTFPR-CM

A análise da evasão em cursos do ensino superior é de suma importância. Compreender os padrões e as razões por trás da evasão permite que as instituições de ensino implementem estratégias eficazes para melhorar a experiência dos alunos, aumentar a taxa de conclusão dos cursos e promover a igualdade de oportunidades educacionais. Além disso, essa análise auxilia na identificação de possíveis desafios enfrentados pelos estudantes, como dificuldades financeiras, problemas de saúde mental, inadequações curriculares ou falta de suporte acadêmico. Essa compreensão possibilita o desenvolvimento de intervenções específicas para atender às necessidades individuais dos alunos, promovendo assim um ambiente de aprendizagem inclusivo e de apoio (Davok; Bernard, 2016; Oliveira, 2024).

Ao analisar os números de evasão no curso de Engenharia Civil do campus de Campo Mourão da UTFPR, observa-se alguns padrões distintos. Estes são apresentados no Gráfico 9.

Observa-se que, na maioria dos anos, a taxa de evasão entre os estudantes do sexo masculino é significativamente maior, representando uma média de 63%, em contraste com os 37% registrados entre as mulheres. No entanto, em 2015 e 2019, houve uma inversão dessa tendência, com as mulheres assumindo a dianteira nas taxas de evasão. Esse fenômeno foi particularmente evidente em 2015, quando o número de evasões entre as estudantes do sexo feminino quase dobrou em relação aos homens. Outro ponto importante a ser destacado é que no ano de 2016 não foi registrada evasão entre as estudantes do sexo feminino do curso. Durante esse período, o país atravessava uma grave crise econômica, com um contexto político instável marcado com um impeachment, da então presidente, o que gerava, entre outros reflexos, um aumento na concorrência por vagas no ensino superior público e permanência dos alunos ativos, levando a uma maior valorização da educação como uma oportunidade de ascensão social, conforme observado em estudos recentes sobre evasão em tempos de crise (Santos, 2018)

Gráfico 9 – Comparativo da evasão entre homens e mulheres no curso de Engenharia Civil da UTFPR-CM



Fonte: Adaptado de Relatórios Analíticos de Gestão da UTFPR, 2024.

Por fim, é relevante salientar o aumento da evasão tanto entre os estudantes do sexo masculino quanto do sexo feminino nos anos de 2021 e 2022, após um período de relativa estabilidade nos números. Esse crescimento reflete uma tendência que pode ser associada a um conjunto de fatores, tanto externos quanto internos ao contexto educacional, amplificados pela pandemia de COVID-19. O período em questão foi marcado por um aumento significativo na taxa de evasão, em comparação com os anos anteriores, que apresentavam relativa estabilidade. Dados compatíveis com essa realidade são encontrados nos estudos de Castro, Pacheco e Simon (2024) e Amaral *et al.* (2022), que apontam um crescimento acentuado na evasão em 2021, justificado, em grande parte, pelas dificuldades enfrentadas pelos estudantes no acesso à tecnologia e na adaptação ao modelo de ensino remoto.

Além disso, a pesquisa de Sena *et al.* (2024) oferece uma análise crucial sobre o impacto emocional e acadêmico do isolamento social, destacando que a falta de interação presencial e a escassez de recursos de apoio durante a pandemia dificultaram significativamente a permanência dos estudantes na universidade.

Esses padrões fornecem informações valiosas sobre os desafios enfrentados pelos estudantes e podem orientar a implementação de medidas eficazes para melhorar a retenção e o sucesso acadêmico no curso de Engenharia Civil.

6.5 Atividades de extensão e pesquisa

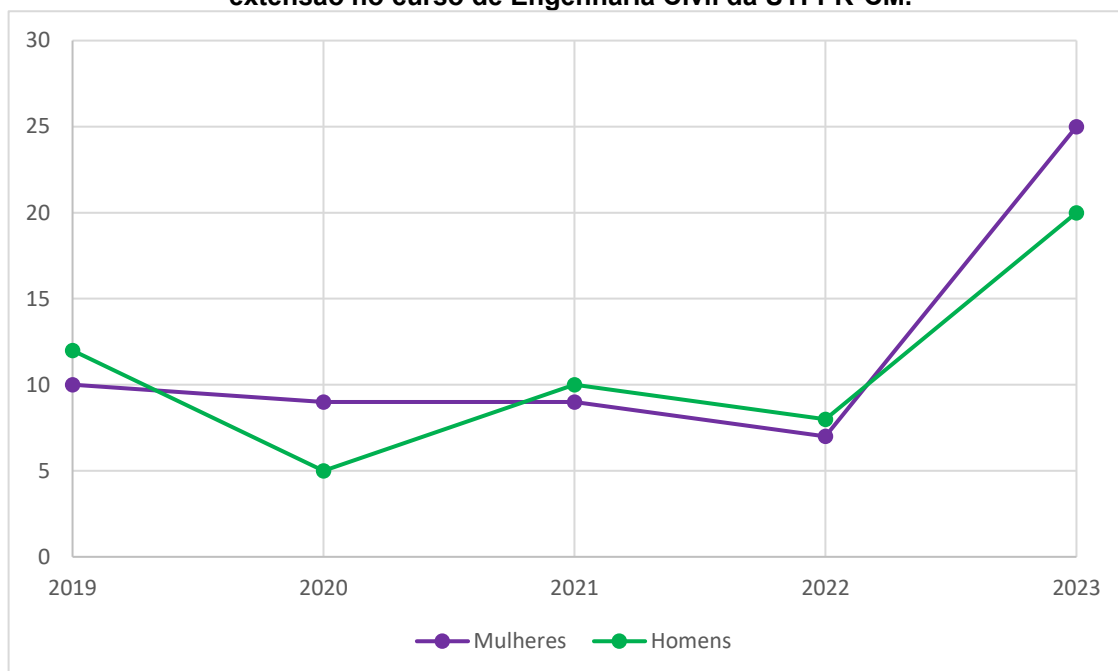
As atividades de pesquisa e extensão constituem pilares fundamentais da educação superior no Brasil, desempenhando um papel crucial na formação integral dos estudantes e na articulação entre a universidade e a sociedade. As atividades de pesquisa abrangem investigações científicas realizadas no ambiente acadêmico, com o intuito de gerar novos conhecimentos, desenvolver tecnologias e solucionar problemas específicos (Saul, 2001).

Em contrapartida, as atividades de extensão englobam a interação direta da universidade com a comunidade externa, promovendo a aplicação prática do conhecimento acadêmico para atender às demandas sociais, culturais, econômicas e ambientais, conforme delineado na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996) e reforçado pelo Plano Nacional de Educação. Autores como Paulo Freire e Boaventura de Sousa Santos enfatizam a importância de uma educação emancipatória, na qual ensino, pesquisa e extensão interagem para transformar a realidade social (Santos, 2005).

Ao analisar as participações neste tipo de atividade acadêmica, no curso de Engenharia Civil do campus de Campo Mourão da UTFPR, entre 2019 e 2023, observa-se uma variação significativa no engajamento em projetos, eventos, cursos e oficinas.

No que diz respeito aos “projetos de extensão”, a participação masculina e feminina manteve-se relativamente equilibrada ao longo dos anos, apresentando oscilações moderadas, conforme evidenciado no Gráfico 10.

Gráfico 10 – Análise comparativa da participação de homens e mulheres em projetos de extensão no curso de Engenharia Civil da UTFPR-CM.

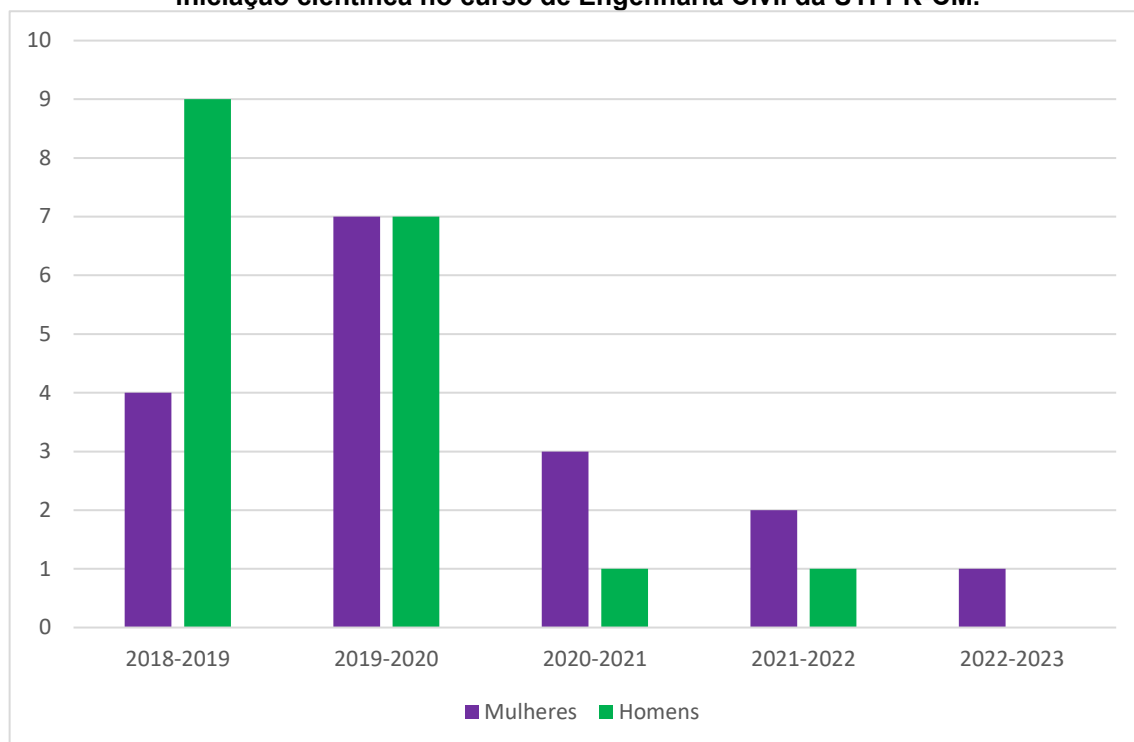


Fonte: Adaptado de Relatórios Analíticos de Gestão da UTFPR, 2024.

Em 2019, a participação masculina foi ligeiramente superior, com 12 homens em comparação a 10 mulheres. Entretanto, a partir de 2020, essa diferença diminuiu consideravelmente, culminando em um cenário onde a quantidade de mulheres ultrapassou a de homens, registrando 9 participantes do sexo feminino e apenas 5 do sexo masculino. Nos anos de 2021 e 2022, as participações de ambos os gêneros se mostraram semelhantes, com 9 mulheres e 10 homens em 2021, e uma leve queda em 2022, com 7 mulheres e 8 homens. Em 2023, houve um crescimento expressivo da presença feminina, que saltou de 7 para 25 participantes, superando os 20 homens. Esse aumento substancial evidencia um engajamento crescente das mulheres em projetos de extensão.

A análise dos dados referentes à participação em “iniciação científica”, apresentada no Gráfico 11, revela um panorama que complementa a compreensão do engajamento dos estudantes nas diferentes atividades acadêmicas.

Gráfico 11 – Análise comparativa da participação de homens e mulheres em projetos de iniciação científica no curso de Engenharia Civil da UTFPR-CM.

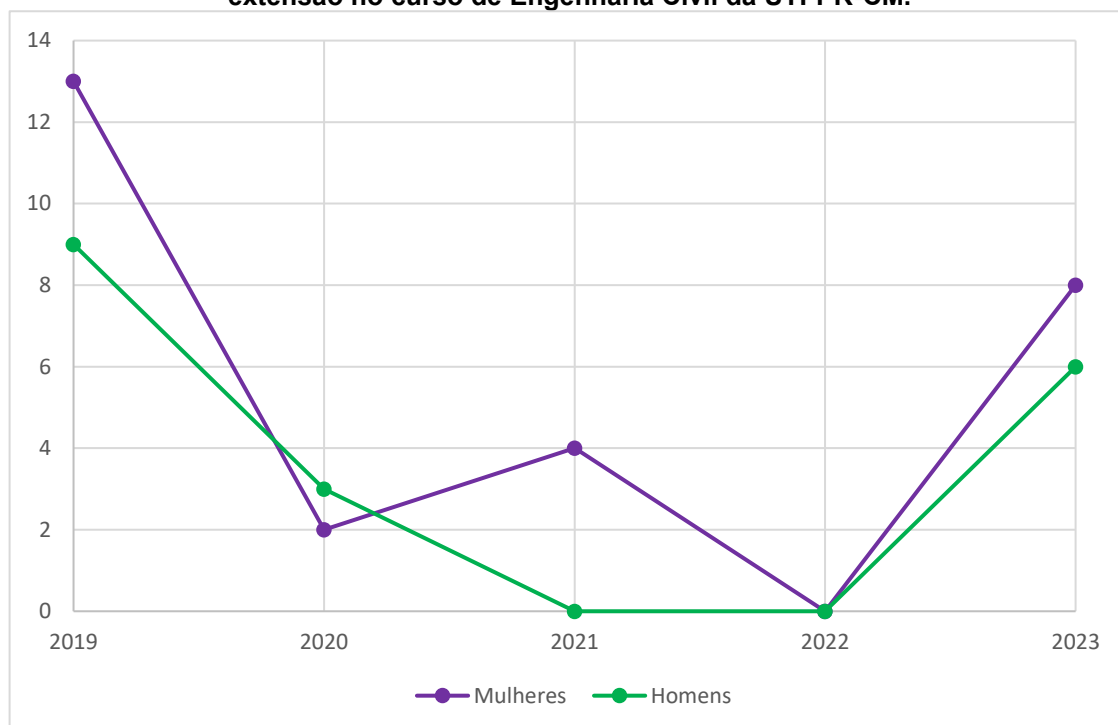


Fonte: Adaptado de Relatórios Analíticos de Gestão, 2024.

Nos ciclos de 2018-2019, foram registradas a participação de 4 mulheres e 9 homens, evidenciando uma clara disparidade entre os gêneros. No ciclo de 2019-2020, a participação feminina aumentou, alcançando um total de 7 mulheres, enquanto os homens se mantiveram em um número equilibrado de 7 participantes. Contudo, nos ciclos seguintes, observou-se uma diminuição da participação dos estudantes, quantificados em 2020-2021 com apenas 3 mulheres e 1 homem. Nos ciclos de 2021-2022 e 2022-2023, essa tendência se acentuou, com 2 mulheres e 1 homem no primeiro ciclo, e a redução para uma única mulher e nenhuma participação masculina no último ciclo. Esses dados indicam não apenas um desafio na manutenção do envolvimento feminino na iniciação científica, mas também a necessidade de ações direcionadas para fomentar a presença de mulheres nesse campo.

Em relação aos “eventos de extensão”, a participação feminina destacou-se de forma mais consistente nos anos iniciais, especialmente em 2019, quando 13 mulheres participaram, em comparação a 9 homens, conforme pode ser visualizado no Gráfico 12.

Gráfico 12 – Análise comparativa da participação de homens e mulheres em eventos de extensão no curso de Engenharia Civil da UTFPR-CM.



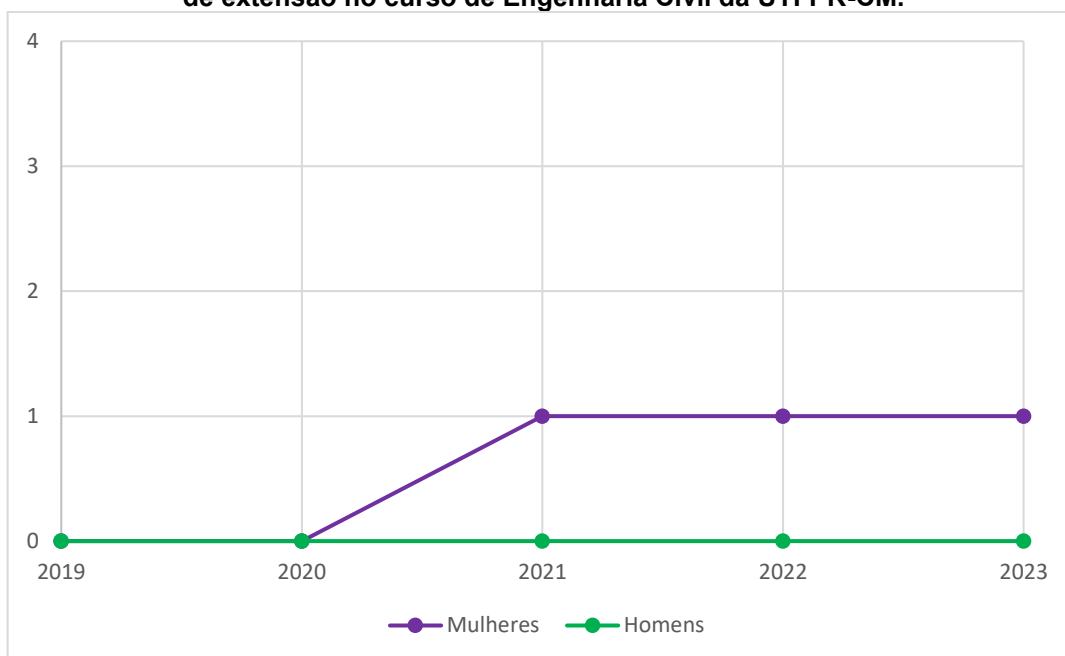
Fonte: Adaptado de Relatórios Analíticos de Gestão, 2024.

Embora a liderança feminina tenha sido interrompida em 2020 e 2022, as mulheres mantiveram uma presença superior ao quantitativo masculino nos eventos em que ambos os gêneros estavam representados. Contudo, em 2022, verificou-se uma ausência total de participação de ambos os gêneros, o que pode refletir dificuldades na organização de atividades presenciais ou virtuais, possivelmente devido ao contexto pandêmico e suas consequências. Em 2023, as atividades foram retomadas e a presença feminina se consolidou com 8 mulheres participantes, enquanto o número de homens foi de 6 participantes. Essa recuperação demonstra a disposição e o comprometimento das mulheres em restabelecer sua participação ativa em eventos de extensão.

Por fim, a participação em “cursos e oficinas” foi a mais limitada em comparação às outras atividades de extensão, como evidenciado no Gráfico 13. De 2019 a 2020, não houve registro de participação, seja de homens ou de mulheres. Em 2021, observou-se um leve envolvimento, com a presença de uma única mulher, padrão que se manteve até 2023, sem registro de participação masculina ao longo desse período. Esse baixo envolvimento pode sugerir uma oferta restrita de cursos e oficinas ou uma menor prioridade dada a essas atividades no campus, indicando que

outras modalidades de extensão, como projetos e eventos, possam ser mais atraentes para os estudantes.

Gráfico 13 – Análise comparativa da participação de homens e mulheres em cursos e oficinas de extensão no curso de Engenharia Civil da UTFPR-CM.



Fonte: Adaptado de Relatórios Analíticos de Gestão, 2024.

Em síntese, os dados revelam um avanço significativo na participação feminina nas atividades de extensão, especialmente nos projetos, onde as mulheres apresentaram um crescimento expressivo em 2023. A predominância feminina em eventos e o baixo envolvimento em cursos e oficinas sinalizam tendências que podem orientar futuras estratégias de incentivo e inclusão, promovendo uma participação ainda mais equilibrada e diversa no campus. Esses números ressaltam a necessidade de políticas que promovam a visibilidade e o incentivo à participação feminina nas atividades acadêmicas, com potencial para consolidar uma cultura de equidade de gênero na UTFPR de Campo Mourão.

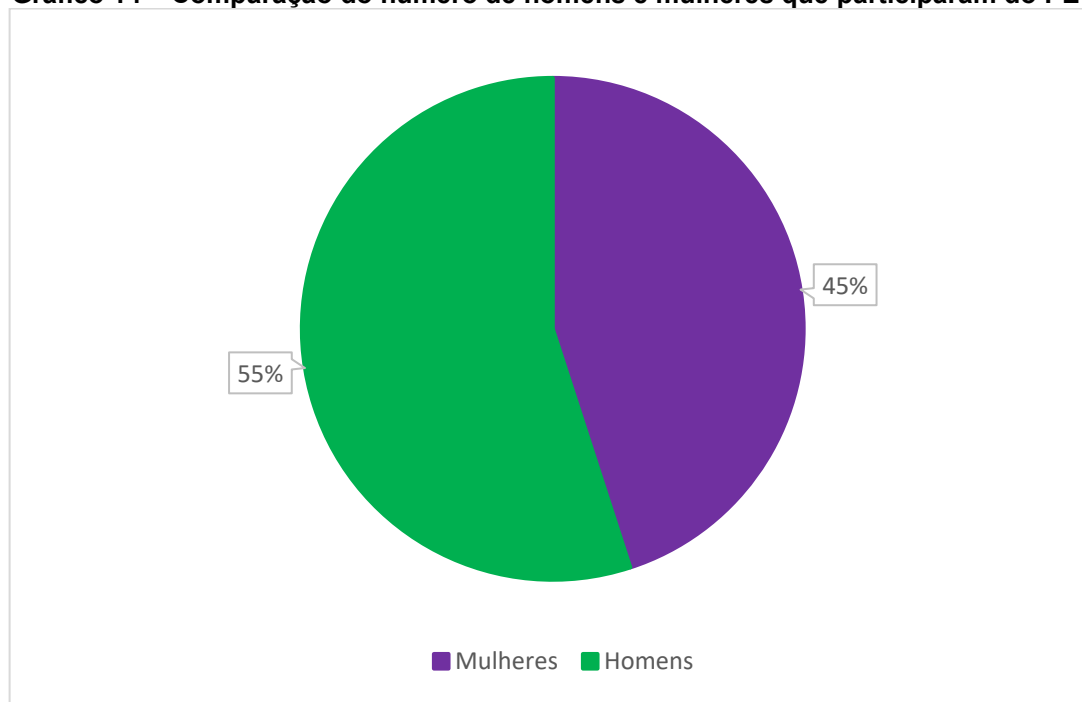
6.6 Programa de Educação Tutorial (PET)

O Programa de Educação Tutorial (PET) é um programa educacional que oferece aos alunos a oportunidade de participar de atividades complementares à sua formação acadêmica por meio de grupos tutoriais de aprendizagem, sob a orientação de um tutor. O PET de Engenharia Civil da UTFPR do campus de Campo Mourão,

estabelecido em 2010 por iniciativa do Prof. Dr. Jorge Luís Nunes de Góes, tem desenvolvido diversos projetos alinhados com os objetivos do programa. O grupo está dedicado a melhorar os cursos de graduação através da organização de eventos, competições, minicursos, palestras e projetos sociais, impactando positivamente na formação dos estudantes e na comunidade em geral (PET Civil UTFPR, 2023).

Ao realizar uma análise do quantitativo de alunos que participaram do programa ao longo dos anos de seu funcionamento, observa-se que 55% dos participantes são homens e 45% mulheres, conforme representado no Gráfico 14.

Gráfico 14 – Comparação do número de homens e mulheres que participaram do PET



Fonte: Autoria própria, 2024.

Embora haja uma predominância masculina, é relevante observar que a diferença no número de participantes entre homens e mulheres no programa é relativamente pequena. São 36 mulheres em comparação a 44 homens, o que indica uma proximidade significativa entre os gêneros. Esses números sugerem um avanço no equilíbrio de gênero dentro do programa, apontando para uma possível equidade em um futuro próximo.

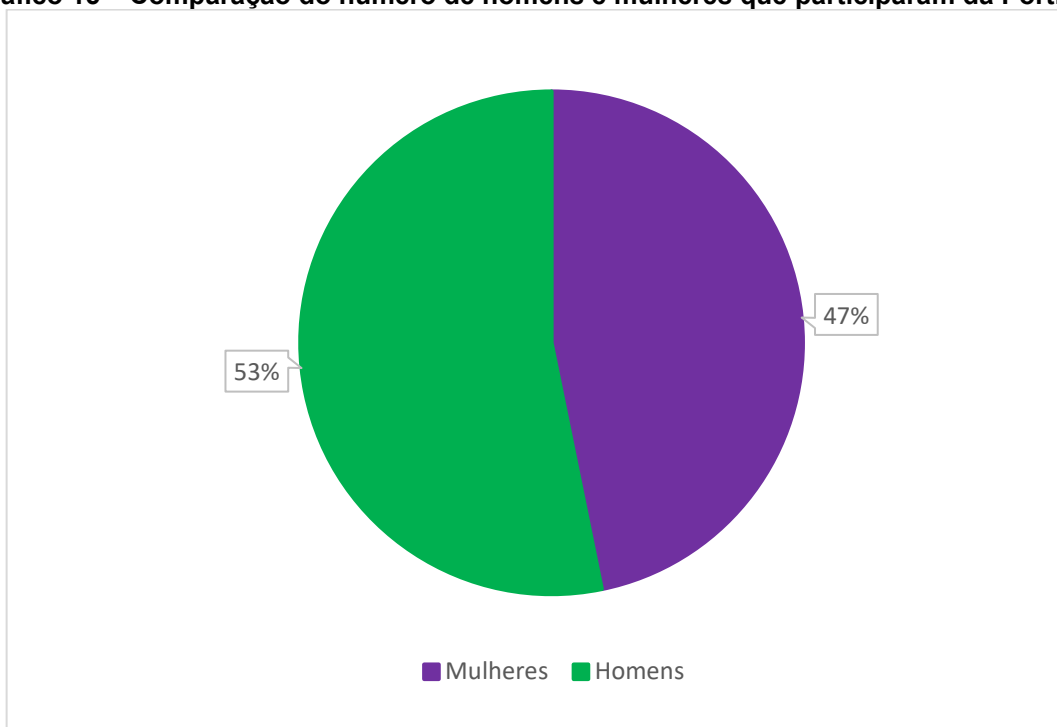
6.7 Pórticos – Empresa Júnior

Uma Empresa Júnior (EJ) se trata de uma associação civil sem fins lucrativos formada por alunos de cursos de graduação de instituições de ensino superior. Seu principal objetivo é desenvolver os alunos profissionalmente por meio da vivência empresarial, realizando projetos e serviços nas áreas de atuação dos cursos aos quais estão vinculados. Além disso, as empresas juniores priorizam a prestação de serviços para micro e pequenas empresas, terceiro setor e pessoas físicas, contribuindo assim para o desenvolvimento da sociedade. Outra finalidade importante é fomentar o empreendedorismo entre seus associados, incentivando a criação e gestão de novos negócios (Universidade Tecnológica Federal do Paraná, 2023).

Fundada em 2013 por estudantes de Engenharia Civil da UTFPR do campus de Campo Mourão, a Pórticos é uma Empresa Júnior (EJ) sem fins lucrativos. Seu principal propósito é estabelecer uma conexão entre seus membros e o mercado de trabalho. Com a missão de qualificar profissionais por meio da vivência empresarial, a Pórticos busca contribuir para o desenvolvimento da sociedade. Um marco significativo em sua história ocorreu em 2017, quando obteve o registro no CREA, consolidando sua atuação e reconhecimento no âmbito profissional (Pórticos, 2016).

Ao analisar o número de membros da Pórticos, desde sua fundação até o início de 2024, tem-se um total de 156 alunos, dos quais 73 são mulheres e 83 são homens, conforme representado no Gráfico 15.

Observa-se que, da mesma forma que no PET, embora a maioria dos membros seja composta por homens, a discrepância entre os gêneros masculino e feminino é pequena, ainda menor do que a do programa anterior. Isso sugere que a equidade de gênero na EJ pode estar mais próxima de ser alcançada em um futuro próximo.

Gráfico 15 – Comparação do número de homens e mulheres que participaram da Pórticos

Fonte: Autoria própria, 2024.

6.8 Concluintes no curso de Engenharia Civil da UTFPR-CM

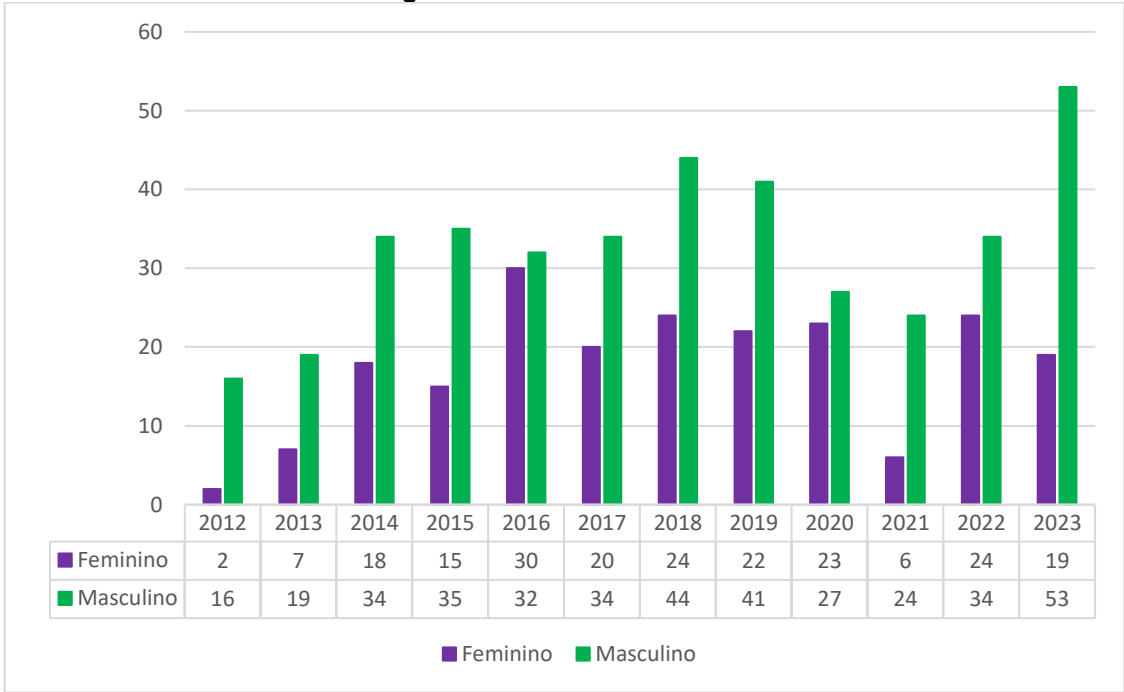
O Gráfico 16 ilustra a quantidade de estudantes formados no curso de Engenharia Civil da UTFPR-CM entre 2012 e 2023, distribuídos por gênero, onde observa-se uma predominância masculina ao longo de todo o período analisado, embora a diferença entre os grupos varie anualmente.

O número de formandos do sexo masculino apresenta uma tendência geral de crescimento, com destaque para os picos registrados em 2018 e 2019, além de um aumento expressivo em 2023, quando atinge o maior valor da série histórica (53 concluintes). Já o número de formandas, apesar de também ter crescido ao longo dos anos, permanece significativamente inferior ao dos homens. Em 2021, verifica-se o menor número de mulheres formadas no período analisado, com apenas 6 concluintes.

Apesar da evidente disparidade entre os gêneros, alguns momentos de maior equilíbrio podem ser observados, como em 2016, quando a diferença foi mínima, com 30 mulheres e 32 homens graduados, representando o maior nível de igualdade registrado.

Outro aspecto relevante é a queda acentuada no total de formandos em 2021, possivelmente influenciada por fatores externos, como a pandemia de COVID-19, que impactou a educação superior. No entanto, o crescimento significativo observado em 2023 indica uma recuperação na quantidade de concluintes, especialmente entre os homens.

Gráfico 16 – Análise comparativa de homens e mulheres que concluíram o curso de Engenharia Civil da UTFPR-CM



Fonte: Adaptado de Relatórios Analíticos de Gestão, 2024.

Diante desses dados, percebe-se que, embora tenha havido avanços na participação feminina ao longo dos anos, a presença das mulheres entre os formandos ainda é consideravelmente inferior à dos homens. A oscilação nos números sugere a influência de diversos fatores externos e internos, como possíveis desafios enfrentados pelas mulheres na trajetória acadêmica e impactos ocasionados por eventos como a pandemia. Assim, a análise dessas tendências é fundamental para compreender a evolução da equidade de gênero no curso e embasar futuras ações que possam incentivar a maior participação feminina na Engenharia Civil.

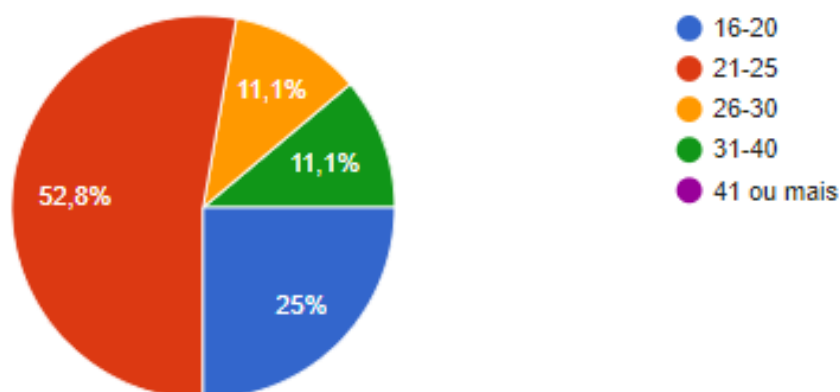
6.9 Análise da representação feminina no curso de Engenharia Civil da UTFPR-CM

A análise quantitativa e qualitativa dos dados sobre a representação feminina no curso de Engenharia Civil da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), campus Campo Mourão, forneceu uma compreensão aprofundada das dinâmicas de gênero nessa área, atualmente predominantemente masculina. Por meio do levantamento de registros acadêmicos e da aplicação de questionários às alunas, composto por 13 perguntas, foi possível traçar um panorama detalhado sobre a presença e a trajetória das mulheres no curso, revelando tanto o crescimento gradual da participação feminina quanto os obstáculos específicos que elas enfrentam ao longo da formação.

A análise desses dados não apenas evidencia o aumento da presença de mulheres, mas também lança luz sobre questões como a percepção de pertencimento, o impacto de estereótipos de gênero, o apoio institucional e as dificuldades de integração. Esse estudo, ao revelar esses aspectos, contribui para uma compreensão mais profunda das dinâmicas de gênero no curso de Engenharia Civil e oferece subsídios para o desenvolvimento de políticas e práticas que promovam um ambiente mais inclusivo e equitativo na área tecnológica.

6.9.1 Perfil das Alunas

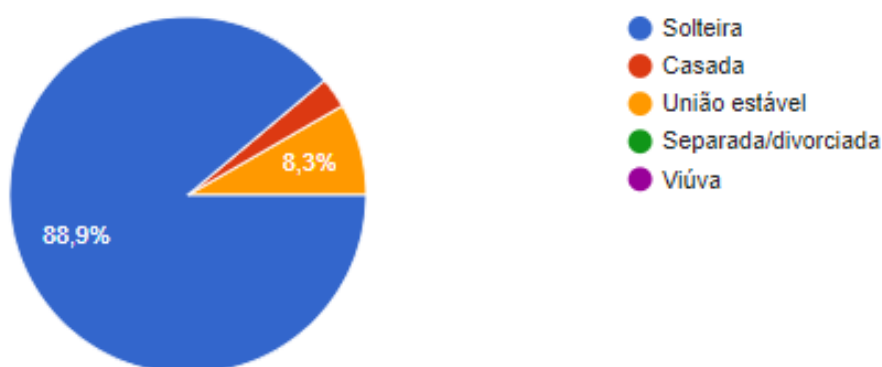
Entre os principais resultados da análise das 36 respostas obtidas, destaca-se a predominância de alunas jovens no curso de Engenharia Civil, com 52,8% das respondentes situando-se na faixa etária entre 21 e 25 anos conforme mostra o Gráfico 17.

Gráfico 17 – Faixa etária das alunas participantes.

Fonte: Autoria própria, 2024.

Contudo, observa-se também uma parcela significativa de alunas com idade acima de 30 anos, representando 11,1% da amostra, o que indica uma diversidade etária que reflete múltiplas trajetórias acadêmicas e profissionais entre as estudantes.

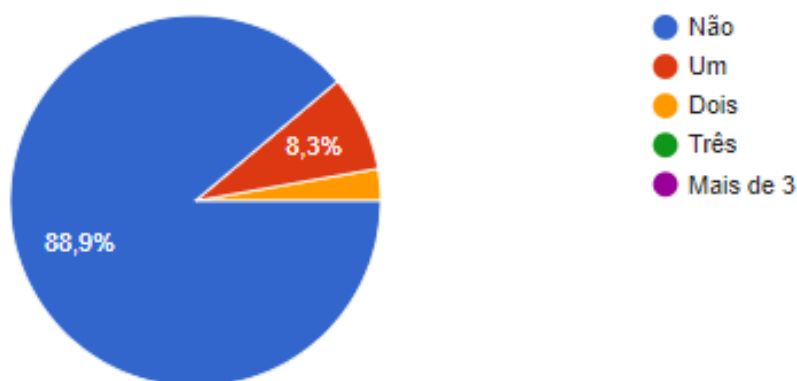
No que diz respeito ao estado civil, a maioria das respondentes (88,9%) se declarou solteira, um dado que pode estar relacionado às exigências do curso e à dedicação integral que muitas alunas precisam ter, especialmente em um curso com alta carga horária como a Engenharia Civil. Apenas uma minoria das alunas é casada (2,8%) ou está em união estável (8,3%). Tais números podem ser vistos no Gráfico 18 logo abaixo.

Gráfico 18 – Estado civil das alunas participantes

Fonte: Autoria própria, 2024.

Ainda, observa-se que a grande maioria das estudantes (88,9%) não tem filhos, conforme visto no Gráfico 19, o que pode indicar uma dificuldade em conciliar maternidade e estudos, considerando que, entre aquelas que têm filhos, algumas relataram desafios específicos nesse sentido.

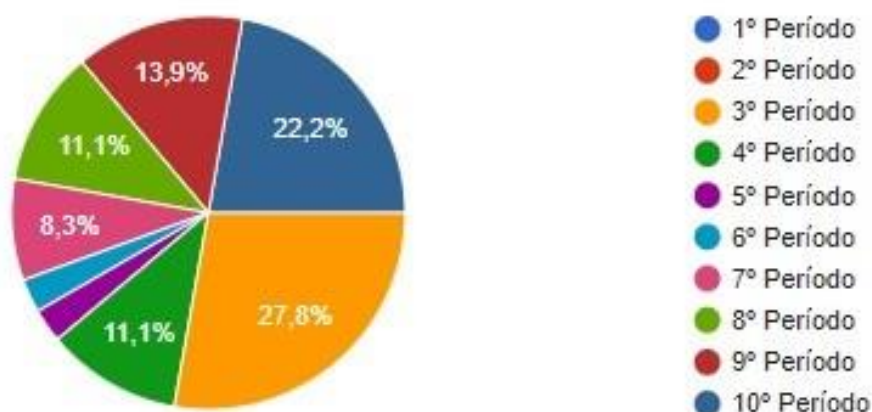
Gráfico 19 – Distribuição do número de filhos entre as alunas participantes



Fonte: Autoria própria, 2024.

A análise da distribuição das alunas ao longo dos períodos do curso mostra uma presença significativa tanto nos períodos iniciais quanto nos avançados, conforme pode ser visto no Gráfico 20. O 3º período, com 27,8% das alunas, é o mais representado, seguido pelo 10º período (22,2%) e pelo 9º (13,9%), sugerindo uma continuidade consistente de mulheres até os períodos finais do curso. Esse dado contraria parcialmente a percepção de alta evasão feminina ao longo da graduação em Engenharia, evidenciando que muitas alunas conseguem perseverar e completar a formação mesmo diante dos desafios.

Gráfico 20 – Distribuição das alunas por período de matrícula no curso entre as alunas participantes

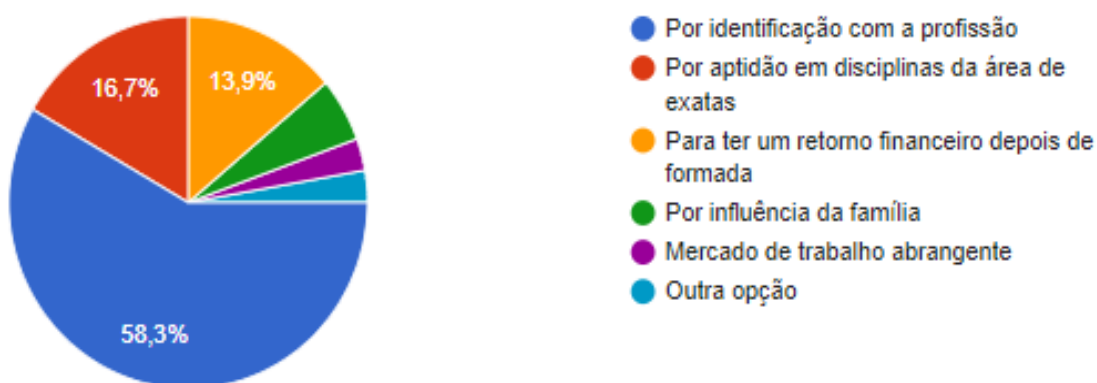


Fonte: Autoria própria, 2024.

6.9.2 Motivações para a Escolha do Curso

As respostas revelam que a escolha do curso de Engenharia Civil pelas alunas é motivada principalmente pela identificação com a profissão, conforme apontado por 58,3% das respondentes no Gráfico 21, o que demonstra uma forte conexão pessoal com a área. Além disso, 16,7% das alunas destacaram a aptidão em disciplinas de exatas como fator decisivo, sugerindo uma confiança em suas habilidades técnicas. Apenas uma pequena parcela (2,8%) indicou o mercado de trabalho como motivação principal, o que sugere que a decisão de ingressar no curso é orientada mais pelo desejo genuíno de atuar na área do que por fatores financeiros ou mercadológicos.

Gráfico 21 – Motivações para a escolha do curso de Engenharia Civil entre as alunas participantes.



Fonte: Autoria própria, 2024.

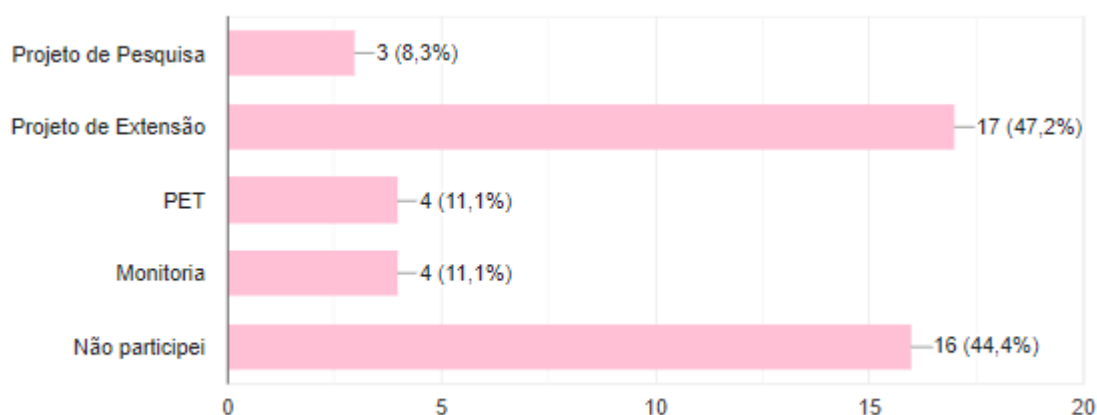
Embora o interesse e a afinidade com o campo existam, a permanência das mulheres em um ambiente acadêmico historicamente dominado por homens ainda pode ser afetada por desafios sociais e estruturais, evidenciando a necessidade de estratégias que promovam um ambiente mais inclusivo e acolhedor.

6.9.3 Participação em atividades extracurriculares

A análise da participação das alunas em atividades extracurriculares revelou que quase metade delas (47,2%) já esteve envolvida em projetos de extensão, o que sugere o reconhecimento da importância dessas atividades para a formação acadêmica e profissional. No entanto, uma parcela significativa (44,4%) não participou de nenhuma atividade extraclasse, o que pode apontar para barreiras adicionais no acesso a essas oportunidades. Esses dados estão presentes e podem ser vistos no Gráfico 22.

Essa participação limitada pode estar associada à sobrecarga de tarefas acadêmicas, que caracteriza o curso de Engenharia Civil, ou ainda a barreiras estruturais que dificultam a inserção das alunas nessas iniciativas, especialmente para aquelas que acumulam responsabilidades familiares ou obrigações externas ao ambiente universitário. A falta de envolvimento em atividades práticas e de construção de redes de apoio pode impactar diretamente na experiência acadêmica e na preparação das alunas para o mercado de trabalho.

Gráfico 22 – Envolvimento em Atividades Extracurriculares pelas alunas participantes



Fonte: Autoria própria, 2024.

6.9.4 Experiência Acadêmica e Representatividade

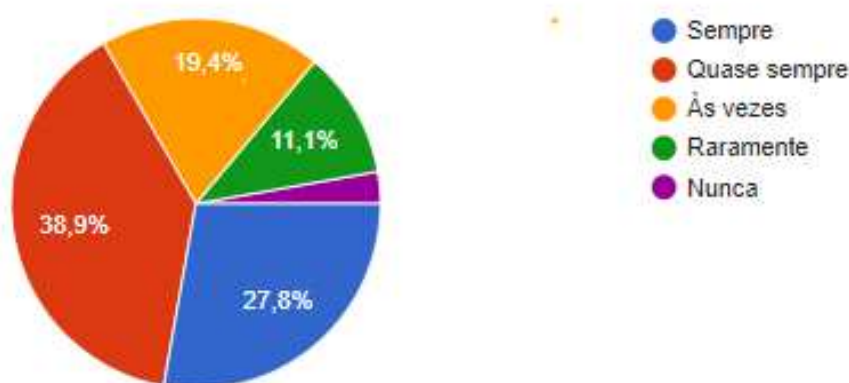
Uma questão relevante abordada pelas alunas foi a representatividade feminina no curso de Engenharia Civil. A maioria das respondentes afirmou que a baixa presença de mulheres na área não afetou diretamente sua experiência acadêmica.

No entanto, uma parcela expressiva das estudantes relatou que a falta de figuras femininas, especialmente em disciplinas técnicas, como Resistência dos Materiais e Teoria das Estruturas, impactou negativamente sua vivência acadêmica, gerando insegurança em relação à futura atuação profissional. Essa ausência de professoras em disciplinas-chave e de mulheres em cargos de liderança na área técnica contribuiu para uma sensação de isolamento e dificuldade de integração para algumas alunas.

6.9.5 Desafios de Gênero e Preconceito

A questão do preconceito e discriminação de gênero no ambiente acadêmico de Engenharia Civil se destacou como um tema sensível entre as alunas, com uma parcela significativa relatando desafios e desigualdades. Aproximadamente 38,9% das estudantes acreditam que são tratadas de forma igualitária pelos docentes na maioria das vezes, enquanto 27,8% afirmaram sempre serem tratadas de maneira equânime. No entanto, cerca de 30,5% das alunas relatam que esse tratamento justo ocorre de forma esporádica ou rara, revelando um cenário de desigualdade presente no ambiente acadêmico, conforme pode ser visto no Gráfico 23.

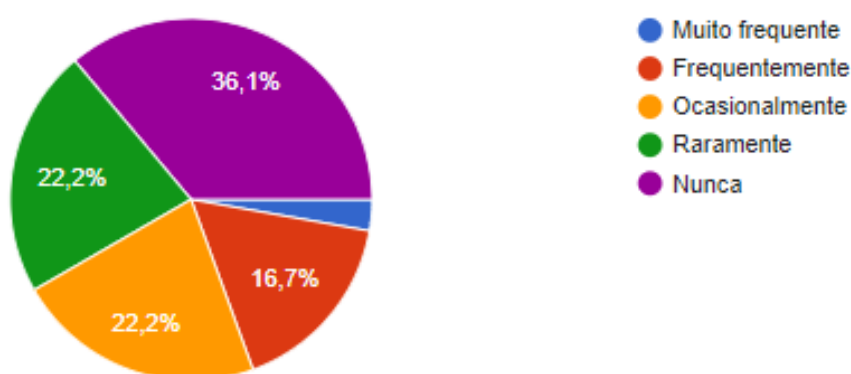
Gráfico 23 – Percepção sobre o tratamento igualitário dos docentes em relação ao gênero



Fonte: Autoria própria, 2024.

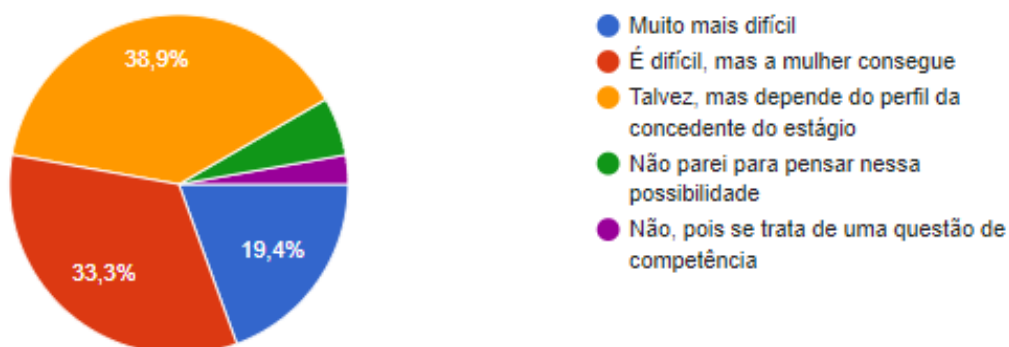
Entre os episódios de preconceito e machismo mencionados, estão a dificuldade de conciliar maternidade com os estudos, desvalorização em estágios por colegas homens e discriminação por parte de docentes, com 19,5% das alunas relatando experiências de machismo frequente ou muito frequente, conforme demonstrado no Gráfico 24. Comentários sexistas e a descredibilização das habilidades das mulheres em tarefas práticas também são comuns, reforçando estereótipos e gerando constrangimento.

Gráfico 24 – Incidência de experiências machistas relatadas por alunas participantes



Fonte: Autoria própria, 2024.

Além disso, o mercado de trabalho surge como um desafio adicional: 38,9% das alunas percebem que podem enfrentar dificuldades extras para conseguir estágio, dependendo do perfil da empresa. Essa percepção é corroborada por 19,4% das alunas que veem a inserção feminina no estágio de engenharia civil como mais difícil para mulheres do que para homens, refletindo uma visão clara de desigualdade no setor (Gráfico 25).

Gráfico 25 – Percepção sobre dificuldades na obtenção de estágios por mulheres

Fonte: Autoria própria, 2024.

Esses relatos indicam a persistência de barreiras estruturais e culturais que afetam o desenvolvimento acadêmico e profissional das alunas, ressaltando a necessidade de políticas institucionais voltadas para a equidade de gênero e para o suporte às estudantes mães, de modo a promover um ambiente mais inclusivo e justo.

7 CONCLUSÃO

A presente pesquisa analisou a representação das mulheres no corpo discente do curso de Engenharia Civil da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), campus Campo Mourão, destacando os padrões de ingresso, permanência e evasão das alunas ao longo do tempo, bem como os desafios enfrentados por elas durante sua formação.

A análise comparativa entre os ingressos de homens e mulheres no curso de Engenharia Civil revelou que a presença feminina, embora crescente nos últimos anos, especialmente pós 2018, ainda se caracteriza por um número consideravelmente inferior (35%) ao de homens (65%). Essa disparidade no ingresso inicial reforça a necessidade de políticas afirmativas e estratégias institucionais que incentivem a participação feminina nas áreas tradicionalmente dominadas por homens, como é o caso da Engenharia Civil.

Quanto à análise dos padrões de ingresso, permanência e evasão das mulheres no curso, foi possível identificar que, houve um crescimento expressivo da participação feminina nos números de concluintes de curso. Entretanto, apesar da tendência crescente de ingresso e conclusão, as acadêmicas enfrentam desafios que impactam sua permanência e evolução ao longo do curso. Fatores como a dificuldade acadêmica, sobrecarga de trabalho, a falta de apoio institucional e a predominância de um ambiente masculino contribuem para a evasão de algumas mulheres ao longo do tempo.

Em relação à participação das alunas em atividades de pesquisa e extensão, os dados coletados mostraram que apesar de sua menor representação quantitativa, as mulheres têm se mostrado ativas e engajadas, com aproximadamente 50% das alunas envolvidas em projetos extracurriculares, com destaque para os projetos de extensão. Essa participação reflete o reconhecimento das alunas sobre a importância dessas atividades para a formação acadêmica e profissional, embora também tenha sido identificado que uma parte significativa das estudantes não participa de tais atividades, possivelmente devido a barreiras estruturais e à carga de exigências do curso, como sobrecarga de tarefas acadêmicas e responsabilidades pessoais limita o acesso a essas oportunidades.

Por fim, no que tange à identificação das dificuldades e desafios enfrentados pelas acadêmicas ao longo do seu itinerário formativo revelou que, além das barreiras

estruturais e culturais, as mulheres no curso de Engenharia Civil enfrentam preconceitos e estereótipos de gênero, como comentários machistas em sala de aula e desvalorização de suas habilidades em estágios, o que contribui para um ambiente de insegurança e isolamento. A ausência de figuras femininas em disciplinas técnicas e de liderança, bem como a discriminação de gênero em estágios e atividades práticas, são obstáculos persistentes que impactam a experiência acadêmica e as perspectivas profissionais das alunas. As experiências de machismo relatadas pelas estudantes reforçam a necessidade de um ambiente mais inclusivo, que garanta um tratamento igualitário e o incentivo à permanência das mulheres na graduação e no mercado de trabalho.

Em suma, os resultados obtidos indicam progressos significativos na participação feminina no curso de Engenharia Civil da UTFPR-Campo Mourão, mas também evidenciam desafios que ainda precisam ser superados para garantir uma maior equidade de gênero, tanto no contexto acadêmico quanto profissional. A reflexão sobre esses fatores aponta para a importância de estratégias mais eficazes de apoio às mulheres, tanto no ingresso quanto durante a formação acadêmica, com o objetivo de criar um ambiente mais equitativo e propício ao desenvolvimento pleno das alunas. A continuidade da implementação de políticas inclusivas, apoio institucional e incentivo à presença de mulheres em espaços de liderança são essenciais para o fortalecimento da igualdade de gênero na Engenharia.

REFERÊNCIAS

ABRAM, L. Desigualdades de gênero e raça no mercado de trabalho brasileiro. **Ciência e cultura**, v. 58, n. 4, p. 40-41, 2006.

AGÊNCIA GOV. **Conheça as políticas públicas que apoiam as mulheres no Brasil**, 08 mar.2024. Disponível em: <
<https://agenciagov.ebc.com.br/noticias/202403/saiba-quais-sao-as-politicas-publicas-que-apoiam-as-mulheres-no-brasil>>; Acesso em: 25. de out. de 2024

ALVES, J. E. D. Desafios da equidade de gênero no século XXI. **Revista Estudos Feministas**, v. 24, p. 629-638, 2016.

AMARAL, A. C. F. *et al.* Reflexos da covid-19 sobre a evasão universitária na graduação: um estudo de caso de uma universidade pública da Região Centro-Oeste do Estado de Minas Gerais. **Humanidades e tecnologia (finom)**, v. 34, n. 1, p. 83-96, 2022.

BARBOZA, H. H. G.; ALMEIDA JUNIOR, V. A. (Des) Igualdade de gênero: restrições à autonomia da mulher. **Pensar-Revista de Ciências Jurídicas**, v. 22, n. 1, p. 240-271, 2017.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 04. de nov. de 2023.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: **Diário Oficial da União**, 1996. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 28 de out de 2024.

BRASIL. Secretaria de Políticas para as Mulheres. **Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça: Guia Operacional 5ª Edição**. Brasília, 2013. Disponível em: <
<https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/politicas-para-mulheres/arquivo/assuntos/mulher-e-trabalho/programa-pro-equidade/5-edicao/guia-operacional.pdf>>. Acesso em: 04 de nov. de 2023

CANAL DA ENGENHARIA. **8 Mulheres que mudaram a Construção Civil**, 08 mar. 2023. Disponível em: <<https://blogcanaldaengenharia.com.br/8-mulheres-que-mudaram-a-construcao-civil/>> Acesso em: 04. de nov. de 2023

CASAGRANDE, L. S. *et al.* Contrastes e similaridades: um olhar de gênero sobre cursos de engenharias e licenciaturas da UTFPR e da UFBA. **Cadernos de Gênero e Tecnologia**, v. 9, n. 34, p. 41-57, 2016.

CASTRO, P. A. A.; PACHECO, A. S. V.; SIMON, L. W. Efeitos da pandemia de Covid-19 sobre a evasão estudantil nos cursos de graduação da UFFS. **Revista Meta: Avaliação**, v. 16, n. 52, p. 706-727, 2024.

CAVALCANTE, H. G. F. *et al.* **Nossa história das mulheres**: representações do feminino no cinema e na sala de aula. Belém: Independently published, 81 p. 2019.

COLLING, A. M. O corpo que os gregos inventaram. **Corpos e subjetividades em exercício interdisciplinar**, n. 3, p. 49, 2004.

COLLING, L.; **Gênero e Sexualidade na Atualidade**, e-book; UFBA: Salvador, 2018, p. 33. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/30887/1/eBook%20-%20Genero%20e%20Sexualidade%20na%20Atualidade.pdf>. Acesso em: 07 de fev. de 2025

CONSELHO FEDERAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA. **Informações sobre os quadros de profissionais do sistema**. 2023. Disponível em: <https://relatorio.confea.org.br/Home/Profissional>. Acesso em: 04 de nov. de 2023

COUTINHO, S. M. S.; MENANDRO, P. R. M. Representações sociais do ser mulher no contexto familiar: um estudo intergeracional. **Psicologia saber sociedade**, p. 52-71, 2015.

DAVOK, D. F.; BERNARD, R. P. Avaliação dos índices de evasão nos cursos de graduação da Universidade do Estado de Santa Catarina-UDESC. **Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas)**, v. 21, n. 2, p. 503-522, 2016.

SAUL, A. M. **Avaliação emancipatória**: desafios à teoria e à prática de avaliação e reformulação de currículo. Cortez, São Paulo, 2001.

FAUSTO-STERLING, A. Biological theories about women and men. **Myths of Gender**, 1985.

FECLESC, N. B. Mulher e Universidade: a longa e difícil luta contra a invisibilidade. In: **Conferência Internacional sobre os Sete Saberes**. Ministério Público do Estado da Bahia, 2010.

FERREIRA, A. B. H. Novo dicionário Aurélio da língua portuguesa. In: **Novo dicionário Aurélio da língua portuguesa**. Curitiba: Positivo, 2009.

FERREIRA, J. C.; SANTOS, S. A. S.; TOMÉ, M. F. Mulher e o mercado de trabalho: uma revisão sobre os percursos da mulher no mercado do trabalho. **Revista FAEF: Administração**. 20 ed, 2011

FIORAVANTE, T. H. O. **“Elas nas exatas”**: analisando uma estratégia contemporânea de incentivo à inserção de meninas na ciência. 21p. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Licenciatura em Ciências da Natureza) - Universidade Federal do Pampa, Uruguai, 2019.

FUJIWARA, L. M. **Governo**: substantivo feminino? gênero e políticas públicas em governos subnacionais. Dissertação (Mestrado em Administração Pública e Governo), FGV-EAESP, São Paulo, 2002.

GODINHO, T.; SILVEIRA, M. L. (Ed.). **Políticas públicas e igualdade de gênero**. Prefeitura do Município de São Paulo, Coordenadoria Especial da Mulher, 2004.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (Brasil). **ODS 5 - alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas**. Brasília: Livraria Ipea, 2019. 1-62p.

KURTA, V. L. *et al.* **Projeto pedagógico de curso de engenharia civil**. Departamento Acadêmico de Construção Civil. Campo Mourão, 2022. Disponível em: <https://www.utfpr.edu.br/cursos/coordenacoes/graduacao/campo-mourao/cm-engenharia-civil/documentos/ppc_cm_engenharia-civil-cm-2023_03_21-2.pdf/@download/file>. Acesso em: 21 abr. 2024.

LOMBARDI, M. R.; MORO, A.; MANDETTA, F. Engenharia, trabalho e relações de gênero na construção de habitações. **Textos FCC: Relatórios Técnicos**, São Paulo, Vol. 56, p. 1-223, 2019.

LOMBARDI, M. R. Engenheira & gerente: desafios enfrentados por mulheres em posições de comando na área tecnológica. **Revista Tecnologia e Sociedade**, v. 2, n. 3, 2006b.

LOMBARDI, M. R. Engenheiras brasileiras: inserção e limites de gênero no campo profissional. **Cadernos de pesquisa**, v. 36, n. 127, p. 173-202, 2006a.

LOMBARDI, M. R. Engenheiras na construção civil: a feminização possível e a discriminação de gênero. **Cadernos de pesquisa**, v. 47, n. 163, p. 122-146, 2017.

LOMBARDI, M. R. **Perseverança e resistência: a Engenharia como profissão feminina**. 2005. 292 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação. Campinas, 2005.

LORENZONI, I. **Cefet do Paraná já é universidade tecnológica**. 10 out. 2005. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/ultimas-noticias/209-564834057/4496-sp-703560069>>. Acesso em: 21 abr. 2024.

MACHADO, G. *et al.* **Futuras Cientistas** [livro eletrônico]. 1. ed. Recife: editora universitária da UFRPE, v. 1. 44p. 2023. *E-book*. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1zFEIXp2TX-cx3QnDC5gXth6i8XgP6aHb/view>. Acesso em 21 abr. 2024.

MOMO, D. C. *et al.* Institucionalização de políticas públicas de promoção da igualdade de gênero: sistematizando trajetórias de iniciativas nacionais e internacionais. **HOLOS**, v. 1, p. 188-202, 2013.

MONTRONE, A. V. G. *et al.* Violência de gênero numa universidade pública brasileira: saindo da invisibilidade. **Revista Gênero**, v. 21, n. 1, p. 6-23, 2020.

MOORE, H. Compreendendo sexo e gênero. **Companion Encyclopedia of Anthropology**. London: Routledge, p. 1-17, 1997.

MULHER. In: **Michaelis On-line**: dicionário brasileiro da língua portuguesa. São Paulo: Melhoramentos, 2023.

NUNES, C. A. **Desvendando a sexualidade**. 7. ed. Campinas: Papirus, 2005. v. 1. 141p

OLIVEIRA, V. A. M. *et al.* **“Deixe para os meninos”**: Gênero e desistência na ciência e na tecnologia. 2019. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Comunitário). Universidade Estadual do Centro-Oeste, Paraná, 2019.

OLIVEIRA, Z. G. P. Desafios e estratégias: políticas públicas para a permanência no ensino superior e contenção da evasão universitária. **SciELO Preprints**, 2024.

ORTNER, S.; WHITEHEAD, H. Introduction: Accounting for sexual meanings. In: **Sexual meanings**: The cultural construction of gender and sexuality. 1992. p. 1-27.

PERROT, M.; FERREIRA, R. L. **Mulheres públicas**. São Paulo: Editora Unesp, 1998.

PET CIVIL UTFPR. **Nossos Membros**. Out. 2013. Disponível em: <<https://www.petcivil.com.br/membros>>. Acesso em: 21 abr. 2024.

PET CIVIL UTFPR. **Sobre nós**. 18 de Abr. 2023. Disponível em: <<https://www.petcivil.com.br/membros>>. Acesso em: 21 abr. 2024.

PÓRTICOS. **Quem Somos**. Out. 2016. Disponível em: <<https://www.porticosej.com.br/quem-somos>>. Acesso em: 21 abr. 2024.

PROBST, E. R.; RAMOS, P. A evolução da mulher no mercado de trabalho. **Santa Catarina**: Instituto Catarinense de Pós-Graduação, v. 1, n. 1, p. 1-8, 2003.

SANTOS, B. M. P. *et al.* Mulheres no mercado de trabalho: uma perspectiva teórica e histórica. 2020. **Anais do V Encontro Internacional de Gestão, Desenvolvimento e Inovação**, Campo Grande: UFMS, 2021.

SANTOS, B. S. A Universidade no século XXI: Para uma reforma democrática e emancipatória da Universidade. **Educação, Sociedade & Culturas**, n. 23, p. 137-202, 2005.

SANTOS, B. S. *et al.* **Mulheres na engenharia civil**: decisões na atuação profissional. 2023. 15p. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Engenharia Civil) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2023.

SARAIVA, K. Produzindo engenheiras. **Revista de Ensino de Engenharia**, Passo Fundo, v. 27, n. 1, jan./jun., p. 48-56, 2008.

SCHIEBINGER, L.; SCHRAUDNER, M. Interdisciplinary approaches to achieving gendered innovations in science, medicine, and engineering 1. In: **Women, Science, and Technology**. Routledge, 2013. p. 100-110.

SCHUSSLER, B. S.; FABRICIO, A. R. Desigualdade de gênero. **Mostra Interativa da Produção Estudantil em Educação Científica e Tecnológica**, 2017.

SCOTT, J. W.; LOURO, G. L.; SILVA, T. T. Gênero: uma categoria útil de análise histórica de Joan Scott. **Educação & realidade**. Porto Alegre. Vol. 20, n. 2 (jul./dez. 1995), p. 71-99, 1995.

SENA, A. M. *et al.* Evasão escolar no ensino superior: efeitos da pandemia no processo de evasão e permanência dos estudantes em curso de licenciatura em ciências exatas de uma universidade federal do sul do Brasil. **Revista de Produtos Educacionais e Pesquisas em Ensino**, v. 8, n. 2, p. 1997-2021, 2024.

SEI SICITE. **Sobre a UTFPR**. 1 Nov. 2023. Disponível em: <<http://seisicite2020.td.utfpr.edu.br/mapa-campus-utfpr>>. Acesso em: 21 abr. 2024.

SILVA, G. C. C. *et al.* A mulher e sua posição na sociedade: da antiguidade aos dias atuais. **Revista da Sociedade Brasileira de Psicologia Hospitalar**, v. 8, n. 2, p. 65-76, 2005.

SOUZA, C. Políticas públicas: questões temáticas e de pesquisa. **Caderno Crh**, v. 16, n. 39, 2003.

TEDESCHI, L. A. O ensino da história e a invisibilidade da mulher. **Revista Ártemis**, v. 4, 2006.

TEIXEIRA, F. L. S.; CAMINHA, I. O. Preconceito no futebol feminino brasileiro: uma revisão sistemática. **Movimento**, v. 19, n. 1, p. 265-287, 2013.

UNESCO. **Unesco science report: the race against time for smarter development. 2021**. Disponível em <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000377433>. Acesso em 11 de novembro de 2023.

UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ. **Empresa Junior**. 13 de jun. 2023. Disponível em: <<https://www.utfpr.edu.br/inovacao/empreendedorismo/empresa-junior>>. Acesso em: 21 abr. 2024.

UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ. **Engenharia Civil**. 7 dez. 2017. Disponível em: <<https://www.utfpr.edu.br/cursos/coordenacoes/graduacao/campo-mourao/cm-engenharia-civil>>. Acesso em: 21 abr. 2024.

UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ. **Quem somos**. 20 set. 2017b. Disponível em: <<https://www.utfpr.edu.br/institucional/quem-somos>>. Acesso em: 21 abr. 2024.

UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ. **UTFPR - Campus Campo Mourão**. 7 abr. 2016. Disponível em: <<https://www.utfpr.edu.br/campus/campomourao/sobre>>. Acesso em: 21 abr. 2024.

APÊNDICE A – Questionário de pesquisa

QUESTIONÁRIO APLICADO ÀS ALUNAS

1. Qual a sua idade?

- a) 16-20
- b) 21-25
- c) 26-30
- d) 31-40
- e) 41 ou mais

2. Qual seu estado civil?

- a) Solteira
- b) Casada
- c) União estável
- d) Separada/divorciada
- e) Viúva

3. Você tem filhos(as)?

- a) Não
- b) Um
- c) Dois
- d) Três
- e) Mais de 3

4. Qual período da Engenharia Civil você está cursando?

- a) 1
- b) 2
- c) 3
- d) 4
- e) 5
- f) 6
- g) 7
- h) 8
- i) 9
- j) 10

5. Por que escolheu o curso de Engenharia Civil?
- a) Por identificação com a profissão
 - b) Por aptidão em disciplinas da área de exatas
 - c) Por retorno financeiro
 - d) Por influência da família
 - e) Mercado de trabalho abrangente
 - f) Outro:
6. Você participa ou participou de alguma atividade extra classe?
- a) Projeto de Pesquisa
 - b) Projeto de Extensão
 - c) PET
 - d) Monitoria
 - e) Não participei
7. Desde seu ingresso na universidade, já passou por algum tipo de constrangimento/preconceito ou machismo por ser uma MULHER cursando a engenharia civil?
- a) Muito frequente
 - b) Frequentemente
 - c) Ocasionalmente
 - d) Raramente
 - e) Nunca
8. Os professores que atuam no curso tratam homens e mulheres de forma igual dentro de sala de aula?
- a) Sempre
 - b) Quase sempre
 - c) Às vezes
 - d) Raramente
 - e) Nunca
9. Você acredita que conseguir um estágio acadêmico na área de Engenharia Civil é mais difícil para uma mulher do que para um homem?

- a) Muito mais difícil
- b) É difícil, mas a mulher consegue
- c) Talvez, mas depende do perfil da concedente do estágio
- d) Não parei para pensar nessa possibilidade
- e) Não, pois se trata de uma questão de competência

10. Durante o período de estágio você sofreu algum tipo de preconceito ou assédio por ser mulher?

- a) Sim, inúmeras vezes
- b) Sim, poucas vezes
- c) Não
- d) Ainda não realizei estágio

11. Você já enfrentou algum desafio específico relacionado ao gênero durante seu percurso acadêmico? Se sim, descreva brevemente.

12. Você sentiu que a falta de representatividade de mulheres na área afetou sua experiência acadêmica? Se sim, explique como.

13. Você já considerou abandonar o curso? Se sim, quais foram os motivos?

- a) Dificuldades acadêmicas
- b) Falta de suporte emocional
- c) Discriminação de gênero
- d) Outro (especificar)